



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A PERSEGUIÇÃO AOS JUDEUS E ALEMÃES DURANTE O
ESTADO NOVO (1937-1945)

São Cristóvão/SE

2019.2

Luiz Fernando Lima Passos

**A PERSEGUIÇÃO AOS JUDEUS E ALEMÃES DURANTE O
ESTADO NOVO (1937-1945)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em
História do Departamento de História da Universidade
Federal de Sergipe, para obtenção do grau de licenciado
em História.

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

São Cristóvão/SE

2019.2

RESUMO

O presente trabalho discute o fechamento das fronteiras do Brasil à entrada de imigrantes e mais especificamente à perseguição aos judeus e alemães empreendida durante o Estado Novo (1937-1945).

Palavras-chaves: Estado Novo, Era Vargas, Imigração, Poder, Judeus, Alemães.

ABSTRACT

This work discusses the closing of Brazil's borders to the entry of immigrants and more specifically to the persecution of Jews and Germans undertaken during the Estado Novo (1937-1945).

Keywords: Estado Novo, Vargas Era, Immigration, Power, Jews, Germans

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família que constantemente me apoiou durante o cansativo período em que produzi esse trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Marcelo Alario Ennes, que sem os livros que ele gentilmente adquiriu para mim, esse trabalho não seria possível, principalmente o primeiro capítulo.

Agradeço ao meu outro orientador, Claudefranklin Monteiro, pela disponibilidade e conselhos que sempre me ofereceu durante essa jornada.

Agradeço a todos os grandes amigos que fiz durante o tempo que cursei História na UFS, pela gentileza e afeto, sei que eles, assim como eu, estão felizes por ver o meu trabalho concluído.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
“NÃO VAI ENTRAR NINGUÉM” - A POLÍTICA DE PORTAS FECHADAS DO ESTADO NOVO.....	11
O NAZISMO COMO JUSTIFICATIVA PARA UMA INTERVENÇÃO NO SUL.....	37
CONCLUSÃO	63
FONTES E REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu primariamente do meu interesse na Segunda Guerra Mundial, com um enfoque especial na vivencia dos judeus, população que mais sofreu e foi perseguida durante todo o conflito, interesse esse que foi iniciado com a leitura de um diário que pra mim é muito especial chamado O Diário de Mary Berg.

Nele, uma jovem judia chamada Mary Berg narra detalhadamente seu sofrimento durante o tempo em que vivia nos guetos de uma Varsóvia ocupada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, a leitura desse livro foi o que fez com que eu me interessasse pelo ato da leitura e uma das razões de eu escolher o curso de história.

Durante o período em que eu pesquisava sobre as restrições de entrada de imigrantes no Brasil durante a Era Vargas, que se esforçou grandemente para tentar impedir que judeus adentrassem o Brasil, em especial os refugiados da guerra, me deparei também com a perseguição a outro grupo de imigrantes opostos, mas também muito perseguido, que foi o caso da campanha de nacionalização da comunidade alemã nos estados do Sul do Brasil.

Tenho que fazer um elogio à monografia de Glenio Costa de Mello, intitulada PODER, VIOLÊNCIA, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: processos contra alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul no Tribunal de Segurança Nacional (1942-1945), foi esse trabalho que me influenciou a utilizar Hannah Arendt como referencial teórico do meu trabalho.

O golpe do Estado Novo foi um dos momentos definidores da história brasileira no século XX, ao fechar o congresso no fim daquele tumultuado ano de 1937, Getúlio Vargas tomava para si definitivamente o controle da política brasileira, àquela altura a histeria anticomunista já tinha tomado conta dos setores conservadores da sociedade brasileira.

Foi através do boato de uma nova tentativa de tomada de poder por parte dos comunistas que o Estado Novo conseguiu sua legitimidade inicial, o plano dos comunistas alardeado para todo o país massivamente convenceu boa parte da população de que a ameaça era real e Getúlio Vargas era a pessoa certa para lidar com ela.

Depois de décadas de uma democracia liberal frágil, tínhamos a primeira quebra formal dessa democracia, em nome de uma ameaça maior e depois de ganhar tempo

postergando o estado de sítio, todas as peças foram alinhadas para que Vargas desse o seu xeque-mate no Congresso.

O governo que se seguiu foi de ufanismo brasileiro com Vargas como ator principal desse baile nacionalista através da propaganda, foi ele quem melhor aperfeiçoou, até aquele momento a propaganda política, soube como poucos jogar com o medo de uma ação comunista.

Para ajudá-lo na construção de uma imagem bastante positiva dele mesmo, Vargas criou não muito tempo depois do Estado Novo ser instaurado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão oficial que tinha como dever controlar a imprensa no país, críticas ao presidente ou ao seu governo não seriam toleradas, para garantir que o otimismo por parte da imprensa fosse mantido havia um censor oficial nas redações dos principais jornais que deveria aprovar o conteúdo do jornal a ser publicado.

O DIP como era conhecido, tinha uma estrutura central localizada no Rio de Janeiro, que coordenava os departamentos estaduais, todo o país era cercado por essa presença do estado, embora a sua atuação fosse limitada pela capacidade dos funcionários que trabalhavam em cada DIP, o plano era verificar toda a imprensa brasileira na medida do possível.

Além de controlar fortemente a imprensa, Getúlio Vargas atacou o foco de qualquer sentimento que não expressasse o orgulho brasileiro, uma das marcas do seu governo vai ser a política migratória muito restritiva que implantou durante o seu governo.

Política essa iniciada antes do Estado Novo, mas especialmente fortalecida depois que as amarras democráticas foram retiradas, vai ser sobre esse processo de fechamento do Brasil para o mundo que esse trabalho vai tratar especificamente.

Se antes, o imigrante foi entendido como a esperança de salvação de um país marcado pela mestiçagem, o sentimento anti-migratório já se fazia bem presente naqueles anos 30, especialmente entre os setores médios das grandes cidades que temiam que a alta presença de imigrantes tornasse mais difícil para eles encontrarem trabalho.

Esse medo era mais palpável devido à crise de 29, que afetou as bolsas de todo o mundo, sendo o Brasil mais um dos afetados por aquela conjuntura de crise econômica, muitos se preocupavam que os poucos postos de trabalho pudessem ser tomados pelos estrangeiros em detrimento do trabalhador nacional.

Com a falência da economia de diversos países, os políticos tradicionais não pareciam convencer a população de que poderiam resolver todo o caos em que se encontravam muitas nações, foi o espaço que figuras autoritárias e extremistas precisavam para agir como ocorreu com a ascensão do nazifascismo.

Se Getúlio Vargas nunca foi um completo fascista, também é verdade que o Estado Novo não chega perto de ser algo que possa ser chamado de democracia, com o fechamento do Congresso, os poderes dos ministros e do presidente foram muito ampliados, o presidente passou a governar praticamente só via decreto.

O imigrante, como ocorreu em diversos momentos de crise foi acusado de ser mais bem tratado pelo governo do que os próprios nacionais, muitos dos intelectuais acreditavam que já tinha chegado ao limite o número de estrangeiros que o Brasil poderia receber, que era preciso que o governo revesse essa postura de fácil entrada de imigrantes.

Um dos focos do sentimento xenófobo durante o Estado Novo foi a comunidade judaica, autoridades como o ministro da Justiça denunciavam uma suposta invasão de judeus nas grandes cidades, que estavam a dominar o comércio em detrimento dos brasileiros que poderiam estar ocupando aqueles espaços.

O ministro da Justiça Francisco Campos acusava os judeus de dominarem o comércio das grandes cidades, de caixeiros até grandes negociantes, além de formarem comunidades primariamente judaicas, como era o bairro de Bom Retiro na cidade de São Paulo, um governo que se entedia como defensor da nação deveria tomar atitudes contra essa concentração em sua opinião, que atitudes serão essas vamos ver em detalhes no primeiro capítulo que trata das restrições à entrada de imigrantes, em especial os imigrantes judeus.

A briga dos que ficaram como responsáveis por cuidar da questão migratória, seja no Ministério das Relações Exteriores ou no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, era contra o imigrante em si, não somente contra o judeu por isso, durante o Estado Novo outro grupo também sofreu a ação repressiva do Estado, esse grupo foi o dos imigrantes alemães.

O governo brasileiro realizou uma intervenção nos Estados sulistas focada em nacionalizar os alemães e seus descendentes, já que esses foram considerados como ainda não assimilados pela sociedade brasileira, a visão do governo era de que a comunidade

germânica, em especial aqueles que moravam em comunidades mais afastadas dos grandes centros ainda não podiam ser chamados propriamente de brasileiros.

O que o governo varguista temia era que ao deixar essa população continuar vivendo sem uma maior presença do Estado continuariam eles a serem muito mais alemães do que brasileiros, e não estava sozinho nessa concepção, intelectuais como Silvio Romero já tinham denunciado décadas atrás a existência do perigo alemão e da expressa necessidade de que o governo fizesse o necessário para caldeá-los.

As autoridades governamentais se voltaram ainda mais contra os imigrantes alemães e a comunidade teuto-brasileira, porque no contexto da Segunda Guerra Mundial temiam que os alemães e seus descendentes que aqui viviam servissem como aliados do esforço de guerra nazista e agissem contra os interesses brasileiros.

É sobre a Campanha de Nacionalização que o segundo capítulo vai tratar mais especificamente tratando da sua justificativa, da sua preparação, da sua execução, dos abusos cometidos pelas forças estatais e dos resultados alcançados pelo governo estadonovista no seu empreendimento.

I

“NÃO VAI ENTRAR NINGUÉM” - A POLÍTICA DE PORTAS FECHADAS DO ESTADO NOVO

Em 1935, cinco anos depois da Revolução de 30, que culminou com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, apoiado fortemente pelos tenentes, que desde o início dos anos 20 tentavam tomar o poder, e também pelas oligarquias dissidentes (como as da Paraíba e do Rio Grande do Sul) ocorreria uma tentativa de tomada de poder inédita até aquele momento. Foi o tempo da Intentona Comunista.

A intentona comunista, que é como ficou conhecida como a tentativa de golpe organizada por Luís Carlos Prestes, com o apoio da União Soviética, como depois se viria a saber, foi uma tentativa mal planejada e executada pelos socialistas brasileiros e por alguns socialistas estrangeiros que vieram ao Brasil para contribuir com a Revolução que derrubaria o governo Vargas e instauraria um governo proletário de inspiração soviética no Brasil.

A Intentona Comunista ocorreu tanto em Natal, quanto no Rio de Janeiro, mas foi a tentativa carioca que acabaria sendo mais lembrada pela historiografia pela proximidade com o centro do poder, depois de planejar a tomada do poder, o sinal verde para o início da revolução foi dado na noite de 27 de novembro de 1935, já alarmados pela tomada do poder em Natal, os soldados legalistas não tiveram tantas dificuldades em debelar essa tentativa revolucionária.

A tão sonhada revolução comunista malogrou e foi facilmente derrotada pelas forças do governo federal, apesar disso a Intentona, como ficou conhecida de uma forma pejorativa, deixou marcas profundas no governo Vargas e mesmo décadas depois dele.

Foi muito por causa da Intentona que surgiu um clima, muitas vezes histérico, de uma ameaça comunista que estava sempre no horizonte, mesmo que os que denunciavam essa ameaça não soubessem explicar muito bem de onde ela vinha e como pequenos grupos de esquerda teriam condições de derrotar todo o aparato do governo central. Esse delírio coletivo que afetou o início da Era Vargas daria as caras novamente, décadas depois nos anos 60.

Essa tentativa de realizar uma revolução no Brasil afetou a consciência coletiva de boa parte da sociedade brasileira, se antes muitos não acreditavam em um golpe socialista no Brasil havia agora um exemplo que seria explorado pelos setores conservadores. Como afirmou Mattos: “[...] foi a “Intentona Comunista”, em novembro de 35, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil.” (Mattos, 2002, p.190)

É comum quando se cria uma ameaça interna ou externa, criar-se também um estereótipo do inimigo que se pretende combater, no caso em questão o comunista era a grande ameaça da sociedade tradicional brasileira, por ele ser tido como um defensor da imoralidade, do divórcio, do amor livre e do aborto (MATTOS, 2002, p.191).

Com isso, a ideologia socialista passava a ser entendida por boa parte da sociedade como não só uma ameaça à ordem e o governo, mas como uma afronta à moral cristã tão cara a sociedade brasileira, a partir dessa tentativa muito mal executada criou-se um alarme muito exagerado diante de uma tentativa tão desastrosa de tomar o poder.

A Intentona fez também com que Vargas e alguns dos funcionários mais altos da hierarquia do Estado novo percebessem que o Brasil era frágil, no sentido da proteção as suas fronteiras, não existia um aparato de estado bem organizado para monitorar quem eram os imigrantes que chegavam ao Brasil ou mesmo saber quem eram os que aqui viviam.

Como muitos dos que colaboraram ou organizaram a Intentona comunista eram estrangeiros o medo de uma nova invasão de comunistas internacionais que poderiam novamente tentar aplicar um golpe de estado se espalha, o governo “se mexe”, então, para controlar melhor a questão migratória.

Se antes fazia-se uma política de ampla abertura ao imigrante europeu, isso não mais aconteceria, até os anos 20, os governos estaduais e federal financiavam a passagem desses imigrantes até o Brasil, com Vargas e seu projeto fundamentalmente nacionalista isso seria abolido.

Se antes dele, o país vivia num certo liberalismo oligárquico, com um projeto expresso de branquear a população brasileira, eliminando cada vez mais a cada geração o “mau” elemento negro, que de acordo com a ideologia eugenista (que pregava a pureza da

raça branca como explicação do desenvolvimento das nações europeias) impedia o Brasil de ascender economicamente e ser um país de reconhecido sucesso internacional.

Os tempos de Vargas, vão apresentar uma perspectiva diferente, vão ser de valorização dos tipos brasileiros, propagando-se a ideia através da educação, do Brasil como um país orgulhosamente miscigenado, formado pela união bela e pacífica entre três povos: o português, o índio nativo e o negro africano.

Conflitos raciais vão ser aparentemente diminuídos na Era Vargas que retirou a prática da tradicional capoeira da ilegalidade, promoveu o carnaval como uma das grandes festas do país, festa esse que serviria para unir a todos os brasileiros, não importando sua raça ou classe social.

É durante esse período que o carnaval visto pelas classes mais abastadas como expressão das massas incultas vai ser apropriado, em parte, pelo governo que conseguiu estabelecer o carnaval como festa tradicional brasileira e promovendo sambas que exaltassem o trabalho.

Era o desfile da brasilidade que passava pelas ruas de todo o país.

Se o governo comemorava todo ano, junto da população o carnaval, a situação para o imigrante se agravou, o governo Vargas viu o imigrante como um adversário ao ideal de brasilidade que queria construir.

Na opinião dos ideólogos do Estado Novo, o Brasil ainda era um país jovem e a continuidade de um grande influxo de imigrantes poderia desestabilizar a identidade nacional que ainda estava em construção, corria-se o risco também desses imigrantes associarem-se e formarem ‘quistos étnicos’, ameaçando a soberania nacional.

O governo também não poderia manter economicamente a política de atração de imigrantes, devido a fragilidade das contas públicas bastante abaladas pela crise de 29, dedicou-se a tentar salvar as lavouras de café, mantendo satisfeitas uma das grandes bases de sustentação do governo Vargas, as elites agrícolas.

Esse Estado trataria o imigrante agora não mais como uma mão-de-obra importante que viria para ajudar no desenvolvimento do Brasil, o imigrante seria visto agora quase como que um invasor do território nacional, muitos dos ideólogos do governo varguista, como o ministro da Justiça, Francisco Campos, que será abordado posteriormente, se preocupavam com a figura do estrangeiro, acreditavam que o Brasil era um país que não

tinha uma cultura fortemente estabelecida e poderia ser descaracterizado pela cultura dos imigrantes.

O imigrante era um adversário na construção da identidade nacional, era visto como contrário a integração plena com os brasileiros, um dos exemplos mais citados para justificar a ideia da não assimilação eram as colônias de imigrantes italianos e alemães (que será tratado no segundo capítulo) no sul do país, lá os imigrantes muitas vezes se comunicavam nas suas línguas originárias, começou a se propagar o mito de que os estrangeiros estavam interessados em criar uma nova Itália ou uma nova Alemanha dentro do país, por isso era necessária uma intervenção estatal para integrá-los ao Brasil, mesmo que de uma forma bastante arbitrária.

A forma como o governo lidava com os imigrantes era curiosa, até mesmo contraditória, queria-se que os imigrantes que viessem ao Brasil fossem predominantemente agricultores, por outro lado, a indústria precisava de técnicos estrangeiros, difíceis de serem encontrados no Brasil, mas temia-se que se muitos desses técnicos entrassem no país eles tomariam os empregos urbanos que deveriam ser ocupados por brasileiros.

Esse temor era mais evidente em relação aos judeus, as autoridades governamentais acreditavam que os semitas preferiam as cidades, ocupando diversos postos que poderiam ser ocupados por brasileiros, em diversos níveis, desde os mascates até técnicos industriais especializados.

Havia uma grande desconfiança com aqueles semitas que aplicavam para receber vistos como trabalhadores agrários, havia denúncias de judeus que entravam no país como agricultores e pouco tempo depois estavam trabalhando nas cidades, o que serviu de argumento para as autoridades que queriam estabelecer leis migratórias mais rígidas, conseguissem fazê-lo.

Os colonos do Sul do país eram o mais próximo do tipo ideal que sonhavam os burocratas do governo por serem agricultores brancos e estarem ocupando uma área desprestigiada dentro do território nacional, favorecendo assim a integração inter-regional, mesmo assim o nacionalismo varguista temia aquilo que pudesse de alguma maneira contestar seu entusiasmo nacionalista, os estrangeiros que viviam no Brasil tiveram que “se enquadrar” depois das novas determinações que vieram com o decreto-lei 3010/38.

A questão da concentração de grupos de uma única nacionalidade parece ter assolado a consciência dos burocratas do governo varguista, já que no referido decreto, um artigo trata especificamente da concentração de estrangeiros é o artigo 165 que determina que nenhum núcleo colonial será constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade.

Com esse artigo o governo passava de forma aberta a mensagem de que desconfiava que os imigrantes que pertenciam a uma mesma nacionalidade se ficassem unidos por muito tempo poderiam criar comunidades distintas dentro do Brasil e passar a não reconhecer a autoridade do governo brasileiro, esse assunto será melhor tratado no segundo capítulo.

Dois anos depois da Intentona Comunista, em 1937, Getúlio Vargas aplicaria um autogolpe que lhe garantiria mais 8 anos no poder, esse golpe foi todo articulado em cima de um plano falso (até mesmo um pouco absurdo), que teve adesão devido aos tempos instáveis que passavam o Brasil e o mundo.

Esse plano falso, denominado plano Cohen denunciava uma suposta articulação de judeus comunistas internacionais para tomar o poder no Brasil, mais tarde descobriu-se tratar de um documento falso escrito pelo capitão Olympio Mourão, um integralista que estava trabalhando no Ministério da Guerra. Fosse como fosse, o tal plano serviu para mais uma vez à exemplo da Intentona Comunista espalhar um clima de pânico anticomunista na sociedade brasileira.

O plano Cohen, pela sua denominação demonstra o quanto era influente na burocracia do governo Vargas a associação entre judaísmo e comunismo, com o plano sendo nomeado com um dos mais típicos sobrenomes judaicos.

Essa ameaça ao Brasil foi divulgada à exaustão através dos jornais e das ondas dos rádios, especialmente, como um governo com inspirações fascistas, como foi o Estado Novo, sabia-se como era importante o papel da propaganda na formação do inconsciente coletivo.

O tal plano Cohen serviu para que Getúlio Vargas instaurasse com o apoio do congresso um estado de guerra em todo o país, para que tivesse mais liberdade para caçar os tais comunistas. Aproveitando desse momento instável na democracia brasileira, Vargas vai optar por abandonar de vez a democracia no fim de 1937, o Congresso é fechado e Vargas se apresenta definitivamente como um ditador.

O país viveria agora uma nova fase, muito mais nacionalista, como o próprio nome sugere viveríamos um Estado Novo, se antes o governo era muito mais preocupado em atender somente os interesses das oligarquias em voga, com Vargas vai ser a primeira vez durante a república que vamos ter um governo centralizado, mesmo que fosse uma ditadura que se impunha sobre os diferentes estados.

De acordo com Marcos Napolitano, o golpe estadonovista passava uma mensagem para a nação de que: [...] o Estado iria tutelar e conduzir a sociedade brasileira, enquadrando sob uma política nacional centralizadora qualquer outro ente federativo (estados, municípios), com a proibição da existência de partidos políticos.” (Napolitano, 2016, p.118)

É importante nesse momento fazermos uma nova contextualização para que fique mais claro como foi possível que Vargas tão rapidamente tomou o poder, instaurou uma ditadura personalista com boas semelhanças com os governos fascistas europeus e convenceu grande parte da população de que realmente havia um golpe judeu-comunista em ação no Brasil.

Esses delírios de uma suposta ação de judeus importantes ao redor do mundo conspirando nas sombras para dominar todo o globo tinha voltado a circular com força desde o início do século com um livro intitulado “Protocolos dos Sábios de Sião”, onde é relatado em detalhes o funcionamento dessa comunidade judaica ‘maligna’, seus encontros e de como ela agia para mudar os rumos da Europa e do mundo.

O livro foi um grande sucesso por toda a Europa, o que ajudou a reavivar o sentimento antissemita em muitas regiões, aqui no Brasil o Integralismo, ou movimento fascista brasileiro, rapidamente se apropriou desse livro tratando-o como uma verdade quase que inquestionável, o responsável pela tradução do livro para o português brasileiro foi Gustavo Barroso, um dos líderes do integralismo.

O livro foi traduzido e prefaciado por Barroso em 1933, atingindo o sucesso naqueles tempos de intolerância, no ano do golpe do Estado Novo (1937) o livro já se encontrava na sua terceira edição.

Os anos de 34 até 37, foram de fortalecimento da divulgação de propaganda antissemita e de caça aos comunistas, como afirmou a professora Maria Luiza Tucci

Carneiro: “De 1934 a 1937 caminha-se para o autoritarismo. O círculo fecha-se cada vez mais, em torno dos comunistas e dos judeus.” (CARNEIRO, 1988, p.116).

Não foi ‘do nada’ que o golpe do Estado Novo aconteceu e o período citado foi essencial para preparar o terreno para a ditadura que estava a caminho, desde a tentativa de golpe comunista, Vargas foi hábil em manter o constante estado de alerta em todo o país e essa preocupação o ajudou a dar o golpe do Estado Novo.

Por mais que o Estado Novo tivesse sido criado baseado em um boato sem provas concretas de que existia realmente a conspiração tão alardeada por todo o Brasil, não eram mais ignorantes os brasileiros do que os europeus que acreditaram no fantasioso Protocolos dos Sábios, que seria também comprovado como uma invenção de um russo, integrante da polícia secreta dos Romanov, chamado Sérgio Nilus.

O ponto é que tanto no Brasil quanto nos países em crise na Europa o sentimento anticomunista e antissemita estavam em alta nessas sociedades, os governos de inspiração fascista souberam muito bem como jogar com o medo da população que sofria com crises econômicas e sociais, aos poucos foi se recuperando a figura do judeu como agressor da sociedade cristã ocidental e mais recentemente dos comunistas, não era também incomum que se propagasse a união desses medos na representação do judeu comunista, como ocorreu no Brasil.

O período entre guerras foi de grande instabilidade, de decadência econômica profunda em muitos países, como explicar tamanha decadência, tantas mudanças sociais e a enorme instabilidade política em muitos dos países derrotados, o judeu começou a ser acusado fortemente de ser o causador desses problemas.

De acordo com Motta, esse sentimento pode ser explicado: “De maneira geral, podemos afirmar que a recorrência dos mitos conspirativos se deve a uma reação à modernidade e ao processo correlato de “desencantamento do mundo”. (Motta, 1998, pg. 95)

As raízes dessa aversão aos povos judeus, não foi um processo criado durante esse período, para Hannah Arendt, filósofa e uma das maiores estudiosas do antissemitismo e dos governos totalitários, o antissemitismo existe desde a Idade Média, sempre sendo entendidos como um dos culpados por qualquer desastre econômico ou social.

A razão para isso é a ligação intensa do povo judeu, que entre todos os povos na Europa eram os únicos sem Estado, e a elite dos países onde habitavam os protegiam, de acordo com Arendt os judeus aprenderam durante o Império Romano que podiam confiar nos soldados e durante a Idade Média que as autoridades feudais podiam salvá-las. (Arendt, 1990)

Os judeus, entenderam assim, que o melhor para sua sobrevivência era garantir uma ligação forte com as maiores autoridades do seu tempo, sendo financiadores do Estado, que em troca lhes garantia a sua proteção, muitas vezes não importando exatamente o governo que estava no poder.

Essa situação vai ser alterada para pior durante os séculos XIX e XX, nesses séculos de profunda agitação, algo parecia unir os que estavam descontentes com o governo, de acordo com Arendt: [...] cada classe social que entrava em conflito com o Estado virava antissemita, porque o único grupo que parecia representar o Estado, identificando-se com ele servilmente eram os judeus. ” (Arendt, 1990, pg.45)

O povo judeu era visto como escudo de todos os governos, sendo eles bons ou péssimos, pareciam importar-se apenas com o dinheiro ganho através da especulação não se relacionando com o sentimento dos seus compatriotas, o antissemitismo começou a ganhar cada vez mais força durante esse período.

Sobre esse ponto, Arendt afirma: “Os antissemitas estavam convencidos de que a sua pretensão de tomar o poder absoluto não era outra coisa senão aquilo que os judeus já haviam conseguido, e que o seu antissemitismo era justificado pela necessidade de eliminar os reais ocupantes dos postos de mando: os judeus.” (Arendt, 1990, pg. 60)

O mais contraditório de todas as acusações que os judeus recebiam de serem os verdadeiros controladores do poder, por trás da fachada de governantes não-judaicos é que o tempo em que o antissemitismo mais aflorou na sociedade europeia foram os tempos em que os semitas mais perderam relevância e os privilégios que antes possuíam nos tempos das cortes reais.

Apesar de alguns judeus ainda concentrarem muita riqueza, a sua ligação com os círculos internos do poder foi quebrada em detrimento de uma burguesia cada vez mais

bem-sucedida tanto nos negócios particulares, quanto como financiadores do Estado, já que eram o único grupo social com recursos para financiar as empreitadas cada vez mais grandiosas dos Estados, eram eles os novos protegidos dos governantes.

Os judeus aos olhos da sociedade pareciam ter perdido sua razão de ser, junto com seu poder, Arendt afirma: “O antissemitismo alcançou o seu clímax quando os judeus haviam, de modo análogo, perdido as suas funções públicas e a influência, e quando nada lhes restava senão a sua riqueza” (ARENDT, 1990, p.24)

Tornou-se muito fácil para os antissemitas propagarem constantemente o quanto os judeus eram apenas parasitas que possuíam grandes recursos sem necessitarem dar qualquer contrapartida à sociedade que sofria para garantir o sustento diário, enquanto os judeus viviam apenas emprestando dinheiro e obtendo bons lucros com isso.

Toda essa onda de ódio gerou uma reação em muitos membros da comunidade judaica que se interessaram em alterar essa visão excessivamente negativa que grande parte da população europeia possuía em relação a eles, esse movimento, entretanto, não foi muito bem visto ou compreendido.

Com relação a essa tentativa de criar uma melhor relação, Arendt afirma: “Só nos séculos XIX e XX, depois da emancipação e em consequência da assimilação dos judeus, o antissemitismo veio a ter alguma importância para a preservação do povo judeu, pois só então os judeus passaram a aspirar a serem aceitos pela sociedade não-judaica. ” (ARENDT,1990, p.20)

Depois de séculos de uma relação de desconfiança, mas convivência, entre a comunidade cristã e a judia nos países europeus, esse movimento se intensificou durante o referido período, a aproximação repentina daqueles que foram tão fortemente taxados de parasitas pelos antissemitas pode ter espalhado o medo entre a comunidade cristã.

Ao invés de conseguirem remover os estigmas que cercavam a imagem do seu povo, os judeus foram ainda mais estereotipados, a tentativa de conseguirem serem aceitos pela sociedade malogrou, aqueles que conseguiam de alguma forma serem reconhecidos o eram por serem judeus com características menos tipicamente “judaicas”.

Havia também grupos judeus minoritários que não acreditavam na ameaça que se aproximava, como foi o caso da Associação de Judeus Nacionais Alemães, criada por Max Naumann em 1921, essa associação chegou a apoiar Hitler porque não acreditavam na sua convicção, acreditavam que ele apenas queria agitar as massas.

A Associação que se dedicava a promover a assimilação dos judeus pela sociedade alemã tentou acalmar os temores dos judeus e houve quem acreditou nessa retórica, houveram judeus que não deixaram a Alemanha por acreditarem que estariam seguros, no fim das contas a Associação foi proibida em 1935 e Naumann chegou a ser enviado a um campo de concentração.

Os semitas foram tratados como ‘bode-expiatório’, em países como a Alemanha e a Itália, jogavam a culpa de praticamente todos os problemas do país nas costas dos semitas, vistos como propagadores do comunismo, assim se distraía o foco da população do autoritarismo e dos defeitos que os governos daqueles países possuíam.

Segundo Motta: “Os dois “elementos”, judeu e comunista, foram aproximados pelo discurso nazista e transformados nos grandes vilões, artífices e verdadeiros promotores do caos e da destruição.” (MOTTA, 1998, pg.98)

O que os governos desses países fizeram foi personificar o mal e as injustiças, tudo era responsabilidade dos judeus, sendo assim o governo estaria fazendo um bem à sociedade ao se livrar deles, quando o mal é personificado parece ser muito mais fácil combatê-lo.

O governo brasileiro se inspirava largamente no modelo fascista e a perseguição aos judeus era mais um dos pontos de semelhança entre esses governos, Vargas via o judeu como uma ameaça a construção do sentimento nacionalista que lhe era tão caro, porém Vargas não queria romper totalmente com o seu maior parceiro comercial: os EUA.

Vargas era um governante muito hábil, sabia que não seria bom para o Brasil romper com os Estados Unidos, um parceiro comercial tão importante e que era tão próximo do Brasil, sendo assim ele jogava com os dois lados, nunca se assumindo como um absoluto fascista ou democrata.

A perseguição aos judeus seguia essa tendência dúbia, a política imigratória brasileira era de restrição aos imigrantes, em especial aos judeus, mas como seria

prejudicial politicamente escrever leis que abertamente fechassem as portas do Brasil aos semitas e correr o risco de indispor com os EUA, o governo promovia uma perseguição às escondidas estabelecendo circulares secretas como veremos posteriormente.

Para que isso pudesse ocorrer o golpe de 37 foi muito útil por dar poderes quase que absolutos a Getúlio Vargas, que era quem dava a palavra final em todas as decisões importantes e que fosse reprimida a imprensa que não tinha a possibilidade de questionar qualquer ação do governo, mesmo que descobrisse essas ações secretas, por existir um censor do governo nas redações dos principais jornais.

Com poderes ampliados, Vargas vai se dedicar a restringir a liberdade dos imigrantes, com o golpe de 1937, o governo passa a ser ainda mais autoritário (o que é o lógico numa ditadura), e uma das questões que o governo notou que estava sendo relapso era a do controle e fiscalização dos imigrantes.

O que Vargas tentou impor foi um nacionalismo, quase que fanático, à população brasileira, tentando eliminar o pensamento diferente que os imigrantes, em especial os judeus, poderiam representar, como afirma Carneiro: “[...] o regime ditatorial de Vargas dedicou-se à elaboração de um projeto educacional e de um projeto contra a entrada de estrangeiros, em prol do “abrasileiramento dos núcleos de colonização” (CARNEIRO, 1988, p. 124).

Com o desejo cada vez mais explícito de Vargas de restringir a imigração para o Brasil e fechar de vez as fronteiras, uma figura ascendeu ainda mais no círculo afetivo do ditador, foi o caso do ministro da Justiça e Negócios Internos, Francisco Campos.

Francisco Campos é uma figura emblemática para a compreensão da política migratória implementada pelo governo do Estado Novo, Campos era um jurista reconhecido, professor e ocupou diversos cargos públicos durante sua carreira, além de ter sido a mente responsável pela constituição autoritária de 1937.

Francisco Campos inicialmente ocupou o cargo de ministro da Educação e Saúde, que foi criado no governo Vargas, logo quando assumiu Getúlio Vargas em 1930, onde acabou sendo criticado por propor uma reforma de ensino que era demasiadamente religiosa. Mas não é sobre esse período que iremos versar, mas sim sobre o tempo em que ele se dedicou à pasta do Ministério da Justiça e Negócios Internos entre o entre 1937 e 1941.

Campos foi apontado como ministro da Justiça poucos dias antes do golpe do Estado Novo, assumiu com amplos poderes garantidos pelo agora ditador Getúlio Vargas, e pela própria constituição que ele redigiu.

É nessa segunda passagem como ministro do governo de Vargas que Campos começa a se destacar como intelectual com tendências eugenistas e com um discurso xenofóbico e restritivo, era visto como radical, até mesmo entre os nacionalistas ufanistas do Estado Novo.

A postura da maior parte dos ministros e do próprio Getúlio Vargas era de que era necessário promover uma grande restrição na entrada de imigrantes, já que viam o Brasil como um país com uma identidade ainda em construção e o elemento estrangeiro poderia dificultar a construção da identidade nacionalista que pretendiam impor.

Porém, mesmo entre os nacionalistas do Estado Novo, Campos se destacava na sua defesa intolerante da criação de uma política de portas fechadas, enquanto que Vargas acreditava que os portugueses deveriam ser uma exceção à essa política, porque ele os entendia como facilmente assimiláveis, Francisco Campos os via apenas como mais um grupo de parasitas interessados nas oportunidades que as grandes capitais do Brasil podiam oferecer (KOIFMAN, 2012).

Ao assumir começou a pressionar por mudanças profundas no sistema migratório brasileiro, que até aquele momento ainda era muito favorável a imigração, apesar da constituição de 1934 ter instituído o sistema de cotas para a imigração, que limitava a entrada de novos imigrantes a somente 2% dos imigrantes de cada nacionalidade que tinham entrado no país entre 1884 e 1933, a legislação imigratória brasileira ainda era bem mais permissiva do que a que seria defendida por Campos, porque até 1938 o governo não promovia um controle efetivo da entrada de estrangeiros.

A política de cotas para imigração foi de certa maneira um meio termo encontrado para que ao mesmo tempo em que o governo cerrava as portas do país, ainda continuasse recebendo levas de imigrantes tidos como ideais, tais como italianos, alemães, espanhóis e portugueses, que eram a maioria dos que tinham entrado no país durante o período que serviu de referência para o cálculo das cotas.

Uma das outras tentativas do governo federal de selecionar os imigrantes que entrariam no Brasil eram as cartas de chamada, que foram regulamentadas no artigo 4º do

decreto nº 24.258/34, as cartas de chamada serviam para que os imigrantes que trabalhavam em fazendas no Brasil pudessem ‘chamar’ seus parentes que também fossem agricultores para viverem e trabalharem no país. Apesar de não estar escrito no decreto, estava implícito que os burocratas queriam imigrantes europeus, desde que não fossem judeus.

Além das famílias, também empresas ou associações rurais poderiam ‘chamar’ imigrantes para o trabalho camponês no Brasil. Passando pelo mesmo processo que os familiares de estrangeiros passavam e comprovando o contrato de trabalho e a existência de pelo menos duas pessoas com idade entre 12 a 60 anos aptas para o serviço.

A ideia era de que com esse dispositivo o governo agradaria os grandes latifundiários que ainda queriam manter um certo influxo de imigrantes para trabalharem nos campos, sem atrair um grande número de estrangeiros para as cidades, em especial os judeus que eram tidos como uma grande concorrência para os trabalhadores e empresários brasileiros.

Era comum circular boatos de que os judeus estavam invadindo e tomando para si o controle do comércio nas grandes cidades, talvez por muitos judeus se dedicarem ao trabalho de mascate, por ser uma opção que não envolvia um grande investimento financeiro, muitos dos comerciantes brasileiros acostumados a trabalharem sem grandes concorrentes viam os judeus como ameaça número um a manutenção do status quo. (LESSER, 1995)

Na teoria com as cartas de chamada o governo garantiria mais trabalhadores estrangeiros para o campo, o único lugar onde eles eram menos rejeitados e impediria uma nova grande leva de imigrantes, como ocorria antes dos anos 30, para as cidades onde lá poderiam concorrer com os nacionais.

Na prática o mecanismo das cartas de chamada foi um fracasso, de acordo com Carneiro (1988, p.162):

A exigência de apresentação de uma carta de chamada para a obtenção de visto de entrada no Brasil gerou um verdadeiro “comércio de cartas falsas” envolvendo autoridades e funcionários do Itamarati e consulados, além da proliferação de agências especializadas que agiam encobertas por certas repartições federais.

Não demorou muito para que se espalhasse o boato nas grandes cidades de que era assim que a invasão judaica ao Brasil ocorria, o que mudava era a representação desse invasor dependendo de quem contava o boato, se fosse um comerciante brasileiro diria que o judeu era um terrível capitalista, para o governo eles eram selvagens comunistas.

O Estado Novo que se fundou na ameaça judaico-comunista de uma vindoura tomada de poder, foi alardeado para todo Brasil com o nome de plano Cohen, mas o tal plano serviu ao seu propósito, não de dar um golpe judeu comunista no Brasil, mas de legitimar o golpe de Getúlio Vargas que ocorreria no fim de 1937.

O plano Cohen teve o efeito também de prejudicar muito a imagem dos imigrantes que viviam no Brasil que passaram a ser vistos com desconfiança por parte das autoridades que naqueles tempos de nacionalismo exacerbado não estavam dispostas a deixar qualquer possível ameaça a esse sentimento identitário existir tranquilamente.

O grupo mais perseguido pelo governo brasileiro foram os judeus, entendidos como grandes difusores do comunismo, que faziam de tudo para espalhá-lo de nação em nação, para confirmar a tese do governo havia o exemplo prático de Olga Benário, presa depois da Intentona Comunista.

O governo Vargas estava disposto a fechar as portas para quase todos os imigrantes, por entender que o Brasil se bastava, e que para implementar seu projeto nacionalista, deveria esmagar qualquer sentimento nacionalista que não fosse o brasileiro dentro do nosso país.

Alvo especial do governo foram os judeus, por serem vistos quase como que apátridas naturalmente, verdadeiros exemplos de exploradores dos países onde viviam e que o Brasil estaria melhor sem eles, que poderiam formar guetos judaicos dentro do Brasil.

Até aquele momento, no fim dos anos trinta, mesmo com a política de cotas, o governo federal não exercia um controle efetivo da entrada dos estrangeiros e se preocupava ainda menos com o registro dos imigrantes que viviam aqui no Brasil, essa postura era coerente nas décadas anteriores, quando os governos republicanos passados estavam interessados em promover um branqueamento da população brasileira, seguindo a tendência eugenista que era popular nos meios intelectuais antes da 2ª Guerra Mundial e do tenebroso governo nazista.

O eugenismo não tinha uma vertente única ou consolidada, eugenistas americanos, europeus, seja da Inglaterra, França ou Alemanha e até mesmo brasileiros apresentavam visões diferentes de como implementar essas ideias de melhoramento racial, mas uma coisa era certa entre os eugenistas estrangeiros que era a noção de um país com uma alta miscigenação da sua população, como era o caso do Brasil estava fadado ao fracasso.

Essa visão pessimista sobre o Brasil foi aceita por alguns, mas não pela maioria da intelectualidade nacional que cria que o povo era capaz de grandes realizações, apesar da composição mestiça da maior parte da população.

Francisco Campos acreditava que o contingente de imigrantes brancos que entraram até o início dos anos 30 seria suficiente para que o Brasil de geração em geração fosse sendo branqueado e assim estaria cada vez mais perto do progresso, entendia que o Brasil não necessitava de um novo grande contingente de imigrantes europeus que não seriam benéficos ao país, pensava que novos estrangeiros representariam apenas mais concorrência para os trabalhadores nacionais e o possível fortalecimento de “quistos nacionais” dentro Brasil.

Para Campos era a hora de o Brasil implementar um maior controle dessa imigração estrangeira.

As razões para realizar esse controle mais efetivo da imigração aos olhos do governo naquele momento eram várias: a participação de estrangeiros na Intentona Comunista, a uma grande presença de estrangeiros relacionados a governos europeus em contato com estrangeiros dos seus países que residiam no Brasil, além de uma alta entrada de refugiados que com o iminente início da 2ª Guerra Mundial começavam a chegar em uma quantidade alarmante para os padrões estado novistas. (KOIFMAN, 2012).

Essa situação não passaria despercebida pelo ministro Campos que começa a exigir providências para que essa situação fosse completamente alterada e ela realmente começaria a mudar com o decreto 3.010, de 30 de agosto de 1938. O longo decreto (com quase 300 artigos) seria responsável por alterar radicalmente a situação dos imigrantes no Brasil e dificultaria a entrada de novos migrantes.

O decreto não alterava uma questão fundamental que era a das cotas, que continuavam no mesmo patamar dos 2% estabelecidos na constituição de 34, mas dessa

vez o governo mostrava-se mais empenhado em fiscalizar o cumprimento desse sistema de cotas, uma prova disso é o próprio fato de o segundo artigo do decreto determinar que: “O número de estrangeiros de qualquer nacionalidade admitidos anualmente no Brasil em caráter permanente não poderá exceder a quota fixada neste regulamento”.

Se antes cabia ao próprio imigrante regularizar a sua situação perante às autoridades brasileiras, o novo decreto estabeleceu a convocação dos imigrantes considerados permanentes para serem registrados o mais rápido possível diante das autoridades consulares competentes.

Para conseguirem comprovar o período de sua estadia no Brasil, foi fundamental os livros de controle dos navios que chegavam nos portos brasileiros, além de levarem seus documentos pessoais, passaporte e documentos que comprovassem a boa saúde desse imigrante, ou seja garantir que não possuíam nenhum defeito físico, já que os considerados deficientes não eram aceitos pelo governo. Nem mesmo os turistas escapavam dessa exigência de registro.

Os imigrantes teriam também que comunicar às autoridades qualquer mudança de residência ou de trabalho, além de comprovar que possuíam ao menos 600 mil réis mensais para o sustento de suas famílias. Com a reunião de todas essas informações sobre os estrangeiros o governo acreditava que seria mais fácil de localizar e expulsar algum estrangeiro que fosse considerado indesejável ao Brasil, sem essas informações seria muito mais difícil até mesmo de localizar os imigrantes e ter uma noção de quem eles eram.

Felizmente a grande maioria dos imigrantes que buscaram essa regularização não encontram grandes dificuldades para fazê-lo, seja porque o governo não estava disposto a se indispor com os governos de outras nações naquele momento ou pela postura do ministro da Justiça e Negócios Interiores que considerava ser mais fácil regularizar os imigrantes que já tinham chegado e fechar as portas para os que quisessem vir.

Esses registros eram remetidos à Comissão de Permanência de Estrangeiros que foi criada especialmente nesse contexto do registro dos imigrantes, ao Serviço de Registro de Imigrantes e também ao Departamento de Imigração.

A promulgação do decreto 3.010/38 foi a primeira vitória expressiva de Francisco Campos numa disputa pessoal que ele travaria com o ministro das Relações Exteriores,

Oswaldo Aranha, que na época estava responsável por julgar os processos de entrada de imigrantes no Brasil.

Aranha era mais pragmático que Campos, de mentalidade favorável a integração do Brasil com os EUA, tinha ajudado imigrantes judeus a entrarem no território brasileiro quando os EUA fizeram pressão para que o governo brasileiro aceitasse mais imigrantes dessa etnia, no fim de 1938, foi estabelecida por Aranha a circular 1.249, que abriu as portas para os judeus entrarem no Brasil, essa situação vai ser mantida na prática até 1940. (KOIFMAN,2017).

A postura de Aranha de aceitar a entrada dos imigrantes judeus contrariava suas próprias posições pessoais, dessa vez a pressão americana foi fator determinante para que o embaixador entendesse que valeria a pena aceitar esse grupo indesejável, pois com esse ato o Brasil estaria se aproximando da maior potência do continente.

Aranha provavelmente era a pessoa do governo Vargas que mais se alinhava ao governo de Washington, muitos atribuem a influência do próprio Aranha pela escolha do governo brasileiro de iniciar a Segunda Guerra neutro e posteriormente em resposta aos ataques aos navios brasileiros ter entrado na guerra ao lado dos Aliados, essa decisão contrariava a opinião de figuras importantes no governo Vargas como o general Góes Monteiro que era a favor de uma aliança com os países do eixo no início da guerra.

Por várias vezes, Oswaldo Aranha, enquanto embaixador nos EUA, advertiu à Vargas que o apoio que prestava nos seus discursos ao governo nazista e à política antissemita implantada pelos nazistas repercutia muito mal tanto na imprensa, quando no governo norte-americano que não via com bons olhos essas declarações, porém: “[...] em nenhum momento sugeriu, diplomaticamente, o acolhimento dos refugiados judeus. ” (Carneiro, 1988, pg.265)

Aranha, na verdade, durante o período em que esteve à frente do Ministério de Relações Exteriores fez o que esteve ao seu alcance para barrar a entrada de imigrantes judeus.

Como foi o padrão da burocracia do Estado Novo, negou o visto a judeus sempre que pôde, quando algum desses protestava, afirma que apenas estava cumprindo o devido processo legal, enquanto que nos bastidores novas normas secretas eram estabelecidas e divulgadas aos embaixadores para que barrassem o imigrante judeu.

Em setembro de 1938 enquanto ocupava o MRE, Oswaldo Aranha estabeleceu a circular secreta de nº 1. 249, mas é em setembro do ano seguinte, possivelmente devido ao grande número de pedidos que deveriam estar recebendo as embaixadas, envia instruções aos embaixadores para que alterem a permissividade dada até então, por conta da pressão dos EUA, e fechem as portas do Brasil aos judeus cada vez mais desesperados com o início da guerra.

Suas instruções deixavam bem claro que somente receberiam vistos os judeus que garantissem possuir uma licença de retorno válida (algo bem difícil de conseguir se você é um judeu morando na Alemanha, por exemplo), aos turistas e comerciantes, aos cientistas ou artistas de renome, aos técnicos solicitados pelos governos estaduais e ainda para aqueles que conseguissem depositar 500 contos de réis no Banco do Brasil.

De acordo com o próprio Oswaldo Aranha, quando foi questionado sobre a sua atuação frente ao Ministério das Relações Exteriores, a circular secreta nº1.249 teve efeito imediato tendo entrado no Brasil somente 2. 289 judeus em 1939, número bem distante dos 9.263 que entraram em 1937.

As razões para que Oswaldo Aranha fosse tão empenhado em tentar fechar ao máximo as portas do Brasil aos judeus foram expostas por Carneiro ao analisar as comunicações secretas do ministro com os embaixadores e com o próprio Vargas.

Aranha pelo que revelou nessas comunicações que não acreditava tanto na figura do judeu como grande especulador capitalista, para ele era o contrário, acusou os judeus de tentarem influenciar a Guerra Civil Espanhola em favor dos comunistas, na mente do ministro o comunismo era mais uma das armas dos judeus para destruírem a civilização ocidental.

Ao fechar as portas do Brasil, Aranha seguia a cartilha da extrema-direita do seu tempo, acreditava estar livrando o Brasil de agentes comunistas disfarçados que poderiam causar um movimento como o da Intentona Comunista, a cruel verdade é que: “Entretanto muitos daqueles que para cá tentaram emigrar e não conseguiram, acabaram morrendo nos campos de concentração. ” (CARNEIRO, 1988, pg.249)

Aranha foi mais uma das peças da campanha antissemita do Estado Novo, condenando declarações de Vargas que pudessem mostrar uma afeição do presidente ao

antisemitismo e aos regimes nazifascistas, enquanto não escondia seus preconceitos contra à comunidade judaica nos seus círculos mais próximos.

Ironicamente, depois da Segunda Guerra Mundial, Oswaldo Aranha presidiu a sessão da ONU que oficializou a criação do Estado de Israel votando em favor da criação do Estado judaico, o fez não por um sentimento humanista, mas porque os EUA naquele contexto desejavam a criação desse Estado, Aranha como fez durante toda a sua carreira votou de acordo com a recomendação norte-americana.

Mas ele perderia o seu poder de decisão da entrada de imigrantes devido as constantes denúncias dos seus adversários políticos de que a liberdade que Aranha concedia para que os consulados e embaixadas julgassem por si só se o imigrante era apto ou não a entrar no Brasil favorecia que as restrições fossem burladas pela corrupção dos funcionários diplomáticos.

Essa situação certamente não passaria despercebida pelo ministro de Justiça que faz pressão para que a competência de julgar a entrada de imigrantes no país passasse para o seu ministério.

Campos enxergava nesse ato dois graves erros na circular proposta por Aranha, primeiro por facilitar a entrada de um grande número de imigrantes e a segunda por esses imigrantes, além de serem indesejáveis eram judeus, o grupo que na visão de Francisco era o mais inassimilável para qualquer país.

O ministro de Justiça vai pressionar o presidente-ditador para que este tomasse atitudes que pudessem restringir a entrada desses “indesejáveis” no país, Vargas nesse momento depois de tanto ouvir reclamações de Francisco Campos e de outros começa a considerar alterar a fiscalização da política migratória, exatamente na mesma época em que o mundo começava a ser sacudido.

A conjuntura do mundo foi definitivamente alterada com o início da Segunda Guerra Mundial em 1939, praticamente todos os países do mundo foram afetados pelo conflito direta ou indiretamente, a produção e o comércio foram prejudicados, a indústria foi com vertida para apoiar o esforço de guerra, famílias enviaram e perderam seus filhos para uma guerra que deveria resolver os conflitos deixados pela Guerra que resolveria todas as guerras.

Na Europa a máquina de guerra alemã que estava sendo preparada nos 6 anos anteriores ao início do conflito estava pronta para estrear e amedrontar o mundo com a rapidez da sua guerra relâmpago, enquanto em menor escala as forças fascistas italianas miravam especialmente a região dos Balcãs, essencial no seu projeto de expansão e construção de um novo império romano. Os dois regimes totalitários estavam unidos, porém no ímpeto de promover uma guerra de conquista no continente africano.

Enquanto que o lado antidemocrático da guerra demonstrava pujança no início da guerra, os aliados França e Inglaterra pareciam estar de certa forma em um estado de negação com tudo que acontecia, o fracasso inglês com a política de apaziguamento não tinha sido bem assimilado pelos políticos do país que não demonstravam a convicção e o voluntarismo que um conflito dessa escala exige.

Se os ingleses não se mostravam preparados para um conflito dessa dimensão em um estado ainda pior se encontrava a França, que parecia não entender como a situação tinha se alterado desde o fim da 1ª Guerra Mundial, a França possivelmente era o país que mais se vangloriava com a sua vitória ao final da primeira guerra, os franceses pareciam acreditar na ilusão de que não tinham muito com que se preocupar.

As preparações francesas antes do início da Segunda Guerra tinham um caráter muito mais defensivo que ofensivo, ao invés de promoverem uma atualização no seu exército, algo importante num contexto de uma Europa tão instável, os franceses focaram seus esforços em construir e armar uma série de fortificações na fronteira leste do país, essas fortificações eram bem equipadas com diversos canhões espalhados ao longo de toda a fronteira e eram a esperança francesa de impedir uma invasão alemã.

Essas fortificações eram chamadas de linha Maginot e só havia uma região na fronteira que não era coberta por ela, era a região acidentada das Ardenas, uma região muito difícil de ser transposta, por isso era considerada pelos estrategistas franceses como muito improvável de ser cruzada e, portanto, muito pouco protegida.

Foi derrubando as árvores dessa região que os soldados nazistas conseguiram transpor essa região e atravessar com os tanques pela fronteira francesa, essa manobra pegou totalmente de surpresa o Exército francês que esperava desenvolver uma guerra de resistência como tinha ocorrido na primeira grande guerra.

O “atalho” conseguido pelos alemães tornou possível contornar a Linha Maginot e os exércitos franceses e ingleses na retaguarda, com uma velocidade impressionante o exército nazista cercou os aliados e os pressionou com uma fúria implacável, surpreendidos os ingleses só conseguiram organizar uma evacuação de volta para casa, a França estava perdida.

A vitória nazista na França, provavelmente foi o ataque mais bem-sucedido do Eixo durante toda a guerra, em menos de um mês de invasão o país que tinha sido o calvário de muitos alemães durante a primeira guerra mundial estava derrotado. A rendição foi assinada em 22 de junho de 1940.

Esse fato não demoraria muito para repercutir no Brasil, dentro do seu escritório o ministro de Justiça e Negócios Interiores Francisco Campos se preocupou muito com a possível “invasão” de refugiados que poderiam tentar deixar a França e rumar para o Brasil, em especial os refugiados judeus.

Essa preocupação advinha do acolhimento, por parte da França, de muitos judeus que fugiam do nefasto governo nazista, agora que o governo francês tinha sido destituído e um governo fantoche tinha sido instalado por Hitler, esses refugiados estavam procurando novas rotas de fuga para preservarem suas vidas.

Campos baseava sua crença na ideia de que acolher refugiados fossem quem eles fossem não era um ato humanitário, uma demonstração de solidariedade para com aqueles que sofriam com o fenômeno da guerra mais devastadora que o mundo já conheceu, para o ministro acolher refugiados, fossem quem fossem era o mesmo que acolher pessoas traumatizadas, profundamente perturbadas com a experiência pela qual atravessavam, essas pessoas seriam na sua opinião um fardo a ser carregado pelos brasileiros.

Nesse contexto eram especialmente malvistas por ele, como já falamos o caso dos judeus, que eram vistos como alheios aos esforços da assimilação de qualquer governo, começou a se espalhar um boato nas grandes capitais brasileiras de que os semitas já dominavam o pequeno comércio dessas regiões e com o influxo dos judeus franceses aconteceria uma verdadeira invasão ao Brasil (KOIFMAN, 2012).

O ministro aproveita então essa situação para organizar uma exposição de motivos do porquê que as leis imigratórias deveriam ser alteradas para melhor se adequarem a essa nova possibilidade de um grande contingente de pessoas estarem interessadas em adentrar

o Brasil. Francisco Campos coloca então em palavras o seu grande projeto de “fechar as portas” do Brasil para o maior número de pessoas possível.

Ele encaminha ao presidente Vargas um documento de cerca de 50 páginas onde expressa toda a sua xenofobia e ataca especialmente o país que mais acolheu imigrantes e que era tido como um sucesso de integração cultural e econômica: os EUA. Na visão do ministro, os estrangeiros não eram muito mais do que interesseiros que querem ocupar os empregos dos nacionais, em especial nas grandes capitais.

No entendimento de Campos os imigrantes são sempre concorrentes com os nacionais nos momentos de alta na economia e estão sempre dispostos a abandonar o país que os acolheu na primeira crise econômica que acontecer.

Os EUA mantinham uma política de portas abertas aos imigrantes, como nenhum outro país possuía, pelo menos até 1921, quando o governo americano instituiu leis para limitar a imigração como resposta ao grande número de imigrantes que adentraram no país com o fim da primeira guerra mundial, naturalmente o número de imigrantes que entraram no país depois dessa data diminuiu.

Naquela altura a economia americana estava um pouco desaquecida e foi esse fator que Campos considerou como o primordial para que os imigrantes se desinteressassem em entrar nos EUA, o ministro usou esse fato como uma das bases da sua argumentação, ignorando a realidade de que muitos dos que pensavam em imigrar acreditassem, como enunciou Koifman: “[..]em fantasias como a de “ruas pavimentadas com ouro” nas cidades norte-americanas [...]” (2012, p.99).

Para o ministro da Justiça tinha sido a queda econômica e não as restrições à entrada o fator fundamental para que os imigrantes “interesseiros” como eram não tivessem entrado nos EUA no mesmo ritmo que tinham entrado nos anos anteriores.

O documento apresentado por Campos ainda apresenta muitos exageros e más interpretações, caracterizando os judeus como inassimilados pelos estadunidenses, com regiões sendo controladas somente por eles.

Além de atacar a figura do imigrante desejado pelo governo que era a do imigrante rural, ele tenta apontar que os imigrantes rurais dos EUA tinham a tendência de se isolar em comunidades próprias e fugir do contato com os locais e que o mesmo ocorreria no Brasil, se fossem admitidos mais imigrantes desse tipo.

Essa exposição de motivos ainda atacava a maneira como o Ministério das Relações Exteriores, era permissivo com a entrada de imigrantes e que por isso era necessário que a autoridade de julgar os processos de entrada no Brasil passasse para a autoridade do MJNI, onde a questão migratória seria mais bem ‘cuidada’.

O documento enviado a Vargas surtiu os efeitos que Campos desejava, o presidente é convencido pelos argumentos que lhe foram apresentados e decide por atender os ensejos do ministro da justiça. A autoridade para julgar os processos de entrada no Brasil passa para a autoridade de Francisco Campos e é instituído o decreto-lei 3.175/41, que limitava mais uma vez a entrada de estrangeiros.

No início do ano de 1941, em 7 de abril, Francisco Campos obteve sua maior vitória contra Osvaldo Aranha, que era seu grande inimigo dentro do governo Vargas, e mais importante que isso conseguiu fortalecer os seus ideais restritivos dentro da hierarquia administrativa e depois de um tempo de ‘lobby’ pela restrição seu projeto foi realizado.

O decreto 3.175/41 foi intitulado de ‘Restringir a Imigração e dá outras providências’, apesar de curto, possui apenas 8 artigos, era taxativo quanto à imigração proibindo a concessão de vistos temporários e definitivos, admitindo poucas exceções.

Quanto aos vistos permanentes ainda eram aceitos no Brasil os portugueses (nacionalidade que contava com a simpatia do ditador) e os nacionais de países americanos; os técnicos agrícolas ou industriais; aqueles que tivessem autorização de retorno ao país de origem; os diplomatas, aqueles que tivessem seu valor reconhecido pelo governo ou quem pudesse depositar a quantia de quatrocentos réis no Banco do Brasil.

Já aos vistos provisórios esses estavam ainda mais limitados, só sendo aceitos os portugueses ou nacionais de países da América; os estrangeiros que provassem capacidade de se sustentarem e apresentassem garantias de que os seus governos de origem os aceitariam prontamente de volta.

O decreto foi um ato cruel para aqueles estrangeiros que estavam interessados em abandonar seus lares naquele momento, e a má intenção é comprovada pela necessidade dos vistos temporários só serem concedidos se o estrangeiro garantisse seu retorno ao país de origem, algo muito difícil num contexto de uma Europa mergulhada no caos da guerra, em especial no caso dos judeus.

O decreto foi certamente fundamental para que muitos dos que ainda tinham uma chance de escaparem do inferno, que se aproximava das suas vidas e encontrar um refúgio no Brasil, tivessem que abandonar essa esperança ou procurar meios alternativos para fugirem do calvário.

Curiosamente, Francisco Campos teve que se ausentar do cargo poucos meses depois da promulgação desse decreto por motivos de saúde, sua licença foi sendo prorrogada por conta do seu estado frágil de saúde, ele acabaria por não voltar mais ao cargo de ministro, mas as restrições à imigração propostas por ele pautariam a política migratória brasileira até 45.

Apesar de não estar presente no dia-a-dia da implementação do decreto 3.175/41, Francisco Campos deixou seu legado para a política restritiva que a maior parte dos altos burocratas queria implementar, ele conseguiu abafar as vozes dos críticos e convencer Vargas de que era muito benéfico para o Brasil impedir que os judeus que fugiam do nazismo buscassem refúgio por aqui.

Depois que Francisco Campos foi afastado do seu cargo como ministro, foi substituído por ministros, que não ficaram tanto tempo no cargo, ficavam geralmente um, dois anos no cargo, estavam mais para funcionários temporários, dois se destacam são Vasco Leitão da Cunha e Marcondes Filho.

Mas com essa mudança constante de ministros, como que o critério restritivo da política imigratória brasileira poderia ser garantido? É aí que surge a figura essencial de Ernani Reis, o “braço direito” de todos os ministros da justiça desde a administração de Francisco Campos até o fim do Estado Novo.

Seu cargo de parecerista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores foi fundamental para que a política elaborada por Francisco Campos fosse realmente aplicada, Reis era a oposição da instabilidade que o cargo de ministro da justiça representava, enquanto os ministros passavam, Reis permanecia como responsável por julgar quem poderia entrar no Brasil ou não, agindo de maneira discreta, quase que nas sombras dos ministros, mas não era realmente menos importante nessa questão migratória.

A historiografia ao analisar esse contexto por muitas vezes não enxergou esse papel fundamental do parecerista, valorizando mais os ministros, por exemplo Francisco Campos

que arquitetou a política imigratória do Estado Novo, do que os burocratas que eram responsáveis por aplicar as leis e as circulares secretas.

Essa visão diminuía o papel dos pequenos trabalhadores e supervalorizava a figura dos grandes ministros, essa lógica especialmente no caso de Ernani Reis é muito equivocada, já que os ministros costumavam simplesmente “assinar embaixo” dos pareceres que eram dados por Ernani. É muito justo que Fábio Koifman, o pesquisador que valorizou a figura de Ernani Reis o tenha apelidado de “porteiro do Brasil”.

Ficava a cargo de Ernani receber os pedidos de visto para o Brasil e julgar se deveria concedê-lo ou não, no caso dos judeus, a negação dos pedidos era quase automática, a não ser que o parecerista se deparasse com um caso mais complexo, que envolvesse outros atores políticos importantes, nesse caso ele repassava a decisão ao todo-poderoso Getúlio Vargas.

Uma das razões que podem explicar a proeminência de Ernani Reis na decisão do acesso ou não ao Brasil era a sua característica de ser um trabalhador quase que incansável, fato que lhe renderia problemas de saúde no fim da sua vida, Ernani trabalhava com grande determinação para impedir que os “indesejáveis” pudessem ter acesso ao Brasil.

O parecerista era tido pelos colegas como incorruptível, enquanto que choviam denúncias de funcionários que aceitavam propinas, como no caso das falsas cartas de chamada, Ernani se mantinha alheio a esse meio que lhe envolvia, trabalhava com uma incrível determinação por acreditar estar prestando um grande serviço ao Brasil ao livrá-lo dos judeus que não eram mescláveis com a sociedade brasileira.

As notícias do sofrimento dos judeus na Europa não pareciam comover Ernani, que como demonstrou Koifman chegou a barrar a entrada até deficientes físicos que desejavam entrar no Brasil e eram barrados duplamente, mesmo que demonstrassem possuir família e meios de se manterem no Brasil, primeiro pela identidade judaica e a segunda por serem deficientes não se enquadravam no padrão eugênico estadonovista.

Ernani Reis foi uma figura fundamental na implementação da política de fechamento das fronteiras aos judeus, já que era ele na prática e não os ministros que julgava os pedidos de visto para o Brasil, apesar de ter sido por décadas ignorado pela historiografia, talvez por escolha própria, já que o parecerista era um homem discreto, falava pouco e gostava de focar no trabalho, foi funcionário do Ministério de Justiça e

Negócios Interiores até o fim do Estado Novo, essa dedicação extrema lhe renderia muitos problemas de saúde no fim de sua vida.

De uma certa forma, Ernani representava a política imigratória brasileira em si mesmo, agindo de maneira discreta para que não houvessem reclamações por parte da comunidade internacional, Reis trabalhava para impedir a entrada de judeus no Brasil sob a máscara da imparcialidade e do julgamento objetivo que com as pesquisas mais recentes e a revelação dos documentos da época provou-se totalmente falso.

A política migratória foi um dos maiores erros do Estado Novo que acabou por perder duplamente, perdeu a chance de mostrar solidariedade para os estrangeiros que fugiam do conflito mundial, em especial os judeus que fugiam do nazismo, e perderam também a oportunidade de agregar trabalhadores qualificados em um contexto de expansão da indústria.

Em troca dessa oportunidade, Vargas preferiu insistir na imposição do seu nacionalismo forçado a todo o Brasil, que tinha inspirações no fascismo, porque acreditava ser esse o melhor caminho para o país e para a sua manutenção no poder. Tudo desmoronou com o fim da Segunda Guerra, onde as contradições de um governo com inspirações fascistas ter enviado soldados para lutar do lado democrático e as dificuldades econômicas ficaram mais evidentes.

II

O NAZISMO COMO JUSTIFICATIVA PARA UMA INTERVENÇÃO NO SUL.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer alguns pontos que explicam a escolha do tema e da delimitação espacial, durante a minha pesquisa sobre a política imigratória restritiva que o Estado Novo implementou, política essa que impediu que milhares de judeus pudessem ter sido salvos do holocausto, me deparei com referências a outra ação autoritária daquele governo: a campanha de nacionalização, que visava especialmente enquadrar os imigrantes alemães e seus descendentes.

A campanha de nacionalização foi mais uma das medidas impostas por Vargas durante a sua tentativa de impor uma única identidade brasileira a todos os estados, um dos seus maiores alvos foi a comunidade alemã no Sul do Brasil, pelo seu manifesto orgulho extranacional.

Selecionei a atuação do Estado durante a campanha de nacionalização somente no Rio Grande do Sul, como forma de limitar o trabalho e enquadrá-lo melhor e também porque durante a minha pesquisa foi a produção de historiadores sul rio-grandenses que mais me chamou a atenção.

A colonização dos estados do Sul do Brasil ocorreu de uma maneira distinta da maioria dos outros estados do país. No Sul do Brasil optou-se por um modelo de colonização diferente, pautado na pequena produção e na agricultura familiar principalmente. Essa colonização começou cerca de dois anos depois da Independência do Brasil para resolver o problema do “grande vazio” dos estados sulinos.

O Brasil àquela altura era ainda muito desproporcional em termos de população, o atual Nordeste e a região Sudeste concentravam a maior parte da população, enquanto que as províncias mais afastadas desses centros sofriam com a falta de população, o que impedia o desenvolvimento adequado dessas regiões.

Para resolver em parte essa questão, o recém-coroadado Imperador D. Pedro I promove um projeto de atração de imigrantes para a região sul do país. Buscava-se imigrantes europeus que pudessem aqui se estabelecer e rapidamente começarem a produzir. Porém, diferente das grandes plantações do Nordeste, por exemplo, o projeto

imperial era distinto queria-se lotear pequenos terrenos nos estados sulinos e repassá-las a esses imigrantes.

E foi isso que ocorreu a partir de 1824 com a criação da colônia de São Leopoldo que abrigou, sobretudo, imigrantes alemães no início do século XIX, dando início a política de atração de imigrantes.

O desejo imperial era de criar algo que praticamente não existia naquela altura: uma classe média. Se houvesse uma classe média ativa e organizada no país a riqueza poderia ser melhor distribuída e o impacto dos latifundiários nos rumos do país seria atenuado, além de que pequenas propriedades ajudariam a mais pessoas se fixarem no território nacional fortalecendo a economia e garantindo a posse das regiões mais próximas a fronteira como era o caso do Rio Grande do Sul.

Para criar um sentimento de pertença a esses imigrantes muitas vezes criavam-se colônias agrícolas onde os imigrantes poderiam com o tempo desenvolver uma sensação de enraizamento à terra onde estavam, mas sem promover uma quebra das relações pessoais, ou de nacionalidade, era muito comum que essas colônias agregassem colonos de somente uma nacionalidade.

Os imigrantes ideais na visão da elite imperial tinham que atender a dois critérios: o primeiro é que tinham que ser brancos, para que pudessem favorecer o branqueamento da população brasileira, e o segundo é que tinham que possuir similaridade cultural com os brasileiros, por isso nos dados gerais da imigração para o Brasil recebemos mais italianos, espanhóis e portugueses do que quaisquer outros estrangeiros.

Porém no Sul ocorreu um fenômeno um pouco distinto, recebeu-se um grande número de italianos, mas eles foram seguidos bem de perto dos imigrantes alemães e poloneses, um acontecimento realmente interessante pela distância cultural dos últimos e pelo fato dos alemães serem em sua maioria protestantes, o que pode explicar essa flexibilização é o isolamento dessa região do resto do país.

Ao aqui chegarem perceberam que as promessas de uma vida de oportunidades num país novo e que buscava se desenvolver não era bem assim e a propaganda que ouviam não era nem um pouco verdadeira, não recebiam os imigrantes nenhum auxílio para melhorar a sua situação ou facilitar a sua sobrevivência.

Prometia-se aos interessados que ao aqui chegarem teriam auxílio para adquirirem ferramentas agrícolas, acesso à educação e saúde e também algo que lhe era tão ou mais importante, o auxílio religioso. De todas as promessas, a única que realmente podia ser aproveitada era a de acesso à terra.

Desiludidos, muitos desses imigrantes teriam retornado aos seus lugares de origem se lhes fosse possível, as condições financeiras e baixo prestígio social que teriam ao retornar os impedia de tentarem levar o sonho de retorno à prática. A situação era tal que Bismarck declarou: “(...) um alemão que despe sua pátria como um velho casaco, não é mais um alemão para mim, não tenho mais interesses de compatriota em relação a ele”. (VOGT, 2002, p.11)

O alemão que deixasse sua pátria era entendido como um traidor, retornar à antiga terra seria como que uma traição dupla. Sem terem para onde retornar, os alemães tiveram que se apegar na força de suas famílias e comunidade para construírem uma vida melhor aqui na América, sem o auxílio do Estado brasileiro, muito menos alemão desenvolveram uma comunidade praticamente autônoma.

Mal sabiam os alemães que o imperador brasileiro que tanto tinha prometido a eles também estava de mãos atadas, como explicitou Beatriz Maria Lazzari no seu livro *Imigração e Ideologia* o problema todo era causado pelos parlamentares brasileiros.

D. Pedro I tinha interesse de cumprir as suas promessas, porém o império brasileiro não era uma autocracia, quando os parlamentares brasileiros ouviram falar dessa tentativa do imperador de criar colônias agrícolas que poderiam competir com as suas propriedades fizeram o que estava no seu alcance para sabotá-las.

O jeito mais simples e que foi o utilizado por eles foi a asfixia econômica, como o orçamento tinha que ser discutido e aprovado no parlamento brasileiro, os parlamentares não destinavam nenhum recurso para essas comunidades na expectativa de que assim elas malograssem.

Com poucos recursos e sem uma expectativa de que pudessem retornar facilmente ao lar, restou aos imigrantes alemães tentarem buscar forças dentro de si e com o apoio dos familiares trabalharem para domar a natureza e, começarem a produzir nos seus lotes dispondo de não muito mais do que a força de vontade.

Esse certo isolamento fez com que a comunidade alemã se unisse ainda mais como uma forma de superar sua realidade, passaram então a desenvolver uma organização quase que autônoma no Sul do país. A pouca participação de brasileiros que ocupassem aquelas regiões também favoreceu o desenvolvimento dessa maneira autossustentável de governança.

Porém não era a única razão, como aponta Vogt (2002) outros fatores contribuíram para a consolidação da comunidade germânica da maneira como ocorreu, sendo eles: a concentração de grupos étnicos em áreas geograficamente isoladas, a falta de assistência por parte do governo e o forte sentimento associativo da comunidade alemã, especialmente.

Uma experiência nova começou a ser gerada no Sul do país, apesar de não serem mais considerados alemães pelos seus conterrâneos, eles ainda se sentiam como tal, o contraponto da identidade brasileira naquela altura ainda estava por ser gerada.

Apesar dos pesares, a comunidade germânica continuou a crescer no Brasil, especialmente a partir de 1850 com a promulgação da Lei de Terras, como afirmou Seyferth (1999), que estabeleceu que todas as terras devolutas, ou seja, aquelas que não tinham um dono definido, passaram para o controle da União. Com essa lei o governo imperial pode promover ainda mais a imigração e teve mais lotes de terra para distribuir àqueles que queriam imigrar.

Ao mesmo tempo que essa lei foi promulgada, o governo imperial permitiu que os novos lotes fossem adquiridos de maneira parcelada, com a dívida sendo paga ao longo das décadas, essa nova possibilidade atraiu ainda mais estrangeiros e cresceu ainda mais a comunidade alemã que ainda estava vivendo sem grande interferência estatal.

Apesar dos imigrantes terem sido fundamentais na construção do Rio Grande do Sul, tal como é hoje, não foram eles os únicos que colaboraram fundamentalmente para o desenvolvimento do estado, muitas vezes se glorifica a herança de povos europeus e se diminui o papel dos africanos escravizados que foram levados para a região, em alguns casos tenta-se construir a imagem do sulista como povo formado pelos colonizadores europeus que exploraram menos a mão-de-obra africana escravizada, o que não representa a realidade da colonização do estado.

Podemos ver claramente essa tentativa de construir uma imagem melhor para os seus ancestrais na obra do historiador e economista Luiz Roberto P. Targa, esse autor escreveu um ensaio intitulado “As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil” onde tentou rebater as acusações de Fernando Henrique Cardoso que entendeu ao produzir sua tese de doutorado que o Estado do Rio Grande do Sul foi escravista como qualquer um dos outros estados que compunham o império.

Targa entende que a escravidão no Rio Grande do Sul teve um impacto menor do que nas grandes propriedades do resto do país, porque diferentemente das outras regiões, o grande negócio sul rio-grandense foi a produção de charque, que exigia menos trabalhadores na lida com o gado.

Porém não só isso, de acordo com Targa as outras razões foram os conflitos que permeavam a fronteira com o Uruguai, as peculiaridades do negócio do charque e também a fraqueza relativa da classe dominante local em relação às das outras regiões. (TARGA, 1991, pg.446)

Para o historiador, todo o negócio do charque constituía um modelo totalmente diferente do escravismo que imperava no resto do país, um modelo em que sua opinião foi completamente ignorada por FHC, que por ser paulista entendia o mundo a partir da sua visão regional. Mas no que realmente consistia esse modelo e como ele funcionava?

Para Targa, as estâncias sulistas exigiam pouca mão-de-obra porque para conduzir o gado pelo campo não eram necessárias muitas pessoas, somente alguns trabalhadores para conduzir o rebanho em busca de poucas pastagens e pelo peão estar sempre a cavalo seria inviável economicamente designar um feitor para cada peão-escravizado e com a proximidade com a fronteira com o Uruguai (que tinha abolido a escravidão em 1850) seria muito difícil impedir a fuga.

Por isso Targa afirma que: “O trabalho de pastoreio do rebanho na estância gaúcha era realizado por índios egressos das missões jesuíticas destruídas, por mestiços de índios com brancos, por indivíduos pobres e por escravos.” (1991, p. 453)

O historiador, no entanto, não exime a história do RS do legado da escravidão, porém desloca o escravismo de local, ele afirma que: “[...] houve um setor da produção regional que foi fundamentalmente escravista: o da fabricação de charque”. (TARGA, 1991, pg.456)

A razão para isso é que nos locais de abate e de transformação da carne bovina em charque havia uma exigência maior de trabalhadores escravizados que por estarem mais concentrados, podiam ser melhor vigiados e forçados pelos feitores a trabalharem. Apesar de que as charquearias dos países vizinhos produziam mais, melhor e com um preço mais baixo de acordo com o historiador.

A escravidão no Rio Grande do Sul na opinião de Targa só funcionava plenamente em locais em que os escravos podiam ser mais facilmente confinados, ou seja, as fábricas de charque e algumas fazendas, porém novas pesquisas mostraram como essa visão estava equivocada e como a presença dos negros escravizados foi uma constante na lida com o gado.

Um ótimo artigo que rebate a tese de Targa foi composto por Nogueról, Migówski, Giacomolli, Dias, Rodrigues e Pinto, que ao analisarem os inventários pós-morte reunidos no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, a análise desses inventários revelou dados interessantes.

De acordo com os autores a escravidão no RS foi mais presente na agropecuária, do que na agricultura como supunha Targa, de acordo com os autores: “Por outro lado, ao contrário do suposto por Freitas e Targa, e levando em conta os dados de que dispomos, verifica-se que havia mais escravos lidando com o gado do que com a agricultura no Rio Grande do Sul. ” (NOGUERÓL, MIGÓWSKI, GIACOMOLLI, DIAS, RODRIGUES E PINTO, 2006, p.6).

Ao contrário do que pensava Targa, os escravos campeiros eram os mais comuns na província, contrariando a previsão dele de que escravos com a posse de cavalos gerariam mais fugas, os dados mostraram que isso não era necessariamente verdade e os autores expõem um fato surpreendente, mais do que escravizados peões, haviam escravizados marinheiros que tinham posse ativa de barcos.

Os dados inventariais nos mostram que a escravidão era uma instituição mais complexa do que Targa imaginava, já que se fosse algo tão restritivo como ele imaginava como seria possível explicar escravizados que tivessem como cargo o de marinheiro, o que se pode supor é que a escravidão na província tinha mecanismos próprios que fornecia momentos de alívio durante a crueldade do cerceamento da liberdade, para que a vontade da fuga fosse reduzida.

No entanto, Targa não foi completamente equivocado na sua análise da vida no RS durante os tempos imperiais, um ponto em que o historiador foi assertivo foi em como a imigração foi importante não como uma substituição da mão-de-obra escravizada, mas como uma criação de uma nova classe social, de acordo com o autor: “A colonização no Sul fazia-se, também nesse sentido, em oposição à sociedade escravista. A intenção imperial explícita era a de criar uma classe de pequenos proprietários que valorizassem suas propriedades com o trabalho familiar.” (TARGA, 1991, p. 466)

O projeto imperial acabou por dar bons frutos, mesmo sem contar com grande participação estatal nem por parte do governo brasileiro, nem alemão, porém se a fixação dos imigrantes à terra brasileira estava garantida, ainda existiam áreas onde haviam a ajuda estatal ainda era necessária.

Uma das áreas onde mais era sentida a falta do apoio estatal era a educação que era mantida pelos próprios moradores, que construíam as próprias escolas e escolhiam as pessoas consideradas mais inteligentes para que ficassem à cargo de educar e de certa forma disciplinar as crianças. Como já era de se esperar, sem um plano educacional bem estruturado e sem uma coordenação das esferas superiores a educação era considerada muito ruim.

Apesar de não produzir resultados tão positivos academicamente, as escolas exerceram o papel de reprodução da língua alemã, já que o ensino costumava ser ministrado em língua alemã, as escolas eram uma das bases da reprodução da cultura alemã, mas não eram a única.

No período entre as duas últimas décadas do século XIX até a primeira década do século XX espalham-se essas associações dos mais diferentes tipos, variando de associações escolares, religiosas e Ligas esportivas, por exemplo. (GERTZ, 2008, p.134). Foi o tempo de maior exaltação da cultura germânica no RS, sem uma grande interferência do poder público.

Essa celebração da identidade alemã fazia com que a comunidade teuto-brasileira preservasse bem o seu germanismo, ou *deutschtum*, que existia como ideologia e como prática sobretudo na construção de instituições. (GERTZ, 2008, pg.133)

Não existiu época em que o ânimo ‘germânico’ esteve mais exaltado nas comunidades teuto-brasileiras do que durante os tempos de nazismo, mas essa época vai coincidir com a ascensão de Getúlio Vargas como ditador do Brasil.

O golpe do Estado Novo de 1937, não apenas escancarou o fato de que quem realmente mandava no Brasil era Getúlio Vargas, que dessa vez se livraria dos impedimentos que o frágil regime democrático ainda impunha a ele e se colocaria à frente da nação como um autêntico ditador com inspirações fascistas, inspirações essas que ecoavam desde o Velho Mundo até aqui.

Naquele momento, estava no poder o general Francisco Franco na Espanha, Salazar em Portugal, Mussolini na Itália e Hitler na Alemanha. O que todos eles tinham em comum era uma postura bastante crítica quanto as democracias liberais, a exemplo da vigente nos EUA, que ainda estava um pouco abalada devido à crise traumática de 29, além de um combate intenso ao comunismo.

A crise de 29 afetou a todos os países de forma mais ou menos intensa, mas dificilmente algum país ocidental saiu ileso dela, os países europeus que tinham perdido a 1ª Guerra Mundial e a Itália que foi o menos beneficiado com a vitória na guerra enfrentavam uma crise profunda que os políticos de então não sabiam exatamente como remediar.

É em tempos extremos como esse que se abrem as portas para aqueles que tem os discursos mais radicais, a população começa a se cansar dos políticos tradicionais e começa até como uma resposta ao desespero considerar as propostas de candidatos com soluções extremas, como eram os fascistas. Foi esse momento de intensa crise econômica e social que abriu as portas para políticos como Hitler e Mussolini.

O que os autoritários europeus “vendiam” como imagem de sucesso era a constatação de que a economia sobre o comando deles tinha melhorado, algo que a democracia e os partidos políticos com todas as suas discussões não tinham conseguido resolver, um exemplo era a falta de alimentos na Alemanha do pós-primeira guerra.

Não importava que por trás das cortinas, o Estado que se tornara enorme durante a ação desses ditadores, agisse de forma arbitrária, censurando a imprensa, torturando e matando opositores e criando inimigos para justificar a ação repressiva do Estado, o exemplo mais concreto dessa ação foi certamente a perseguição aos judeus.

Os fascistas da Europa foram, certamente, fonte de inspiração para Vargas que se aproximava cada vez mais do modelo fascista que era apresentado na Europa, o próprio nome Estado Novo foi amplamente inspirado no governo ditatorial de Portugal, que tinha esse nome.

Vargas que chegou ao poder em 30, de acordo com Marcos Napolitano, não por uma decisão unânime das oligarquias que compunham a facção que chegou ao poder com a Revolução de 30, mas por encabeçar a chapa que concorria as eleições anteriores, foi ambicioso e esperto o suficiente para jogar com o caos que encontrou ao assumir o cargo.

Político hábil conseguia antagonizar pessoas e grupos que queriam a sua derrubada muito bem para jogá-los uns contra os outros enquanto fortalecia sua posição de poder, essencial para isso foi o a alta cúpula do Exército que admirava o compromisso ferrenho de Vargas em combater o comunismo e das elites agrárias que nunca tiveram sua posição ameaçada durante o período em que Vargas esteve no poder.

Sobre o poder e a legitimidade, Arendt afirma: “O poder é originado sempre que um grupo de pessoas se reúne e age de comum acordo, porém a sua legitimidade deriva da reunião inicial e não de qualquer ação que possa se seguir.” (Arendt, 1969, pg.32)

Se Vargas nunca foi um governante totalmente fascista, nesses anos que precederam a Segunda Guerra Mundial foi certamente o período que ele mais se aproximou dos governos autoritários da Europa, com uma exaltação da brasilidade em contraste extremo com o regionalismo da primeira república, além de uma exaltação da sua própria imagem e uma tentativa de criar uma educação cívica ao lado dos militares.

Apesar disso, havia figuras dentro do governo que preferiam uma aproximação com os Estados Unidos, como é o caso de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores e maior defensor do americanismo dentro do governo Vargas (como vimos no primeiro capítulo).

Se há algo que definitivamente pode ser dito sobre Getúlio Vargas é que ele era uma verdadeira raposa política, ao mesmo tempo que se aproximava dos EUA, se aproximava também da Alemanha nazista.

Um dado fundamental para compreendermos essa situação é a lista dos maiores parceiros comerciais do Brasil naquele momento, com os EUA ocupando a primeira posição seguidos exatamente pela Alemanha.

Essa vai ser a fase de ascensão do Exército dentro do Governo Vargas, se não se pode falar de uma ditadura militar propriamente dita, certamente pode-se dizer que os militares foram uma das grandes bases de sustentação do Governo Vargas durante o período do Estado novo brasileiro.

Os militares agora com mais poderes e liberdades advindas da ditadura instaurada vão se focar em realizar uma verdadeira campanha de nacionalização dos habitantes da região sul do país que foram considerados ainda inassimilados pelo Estado Brasileiro, um erro gravíssimo, na opinião dos líderes militares, que no fim dos anos trinta se dedicariam a nacionalizar de maneira autoritário os sulistas, tidos mais como europeus do que brasileiros.

Dentre todas as comunidades euro-brasileiras a que mais incomodava os militares era a comunidade alemã, pela própria diferença cultural e linguística eram os que mais preocupavam os militares que nas expedições que realizaram na região se impressionaram com o fato de em alguns lugares, as populações falarem muito bem o alemão, mas conhecerem muito pouco de português.

Apesar de tudo, a comunidade germânica seguiu sua vida sem grande influência do governo até o início do Estado Novo, inclusive o partido nazista que operava também no Rio Grande do Sul funcionou normalmente até o fechamento dos partidos políticos no fim de 1937.

Havia militares que realmente se preocupavam com o perigo alemão, que com a ascensão do nazismo e o “relaxamento” do governo brasileiro corria-se um risco de a doutrina do *Lebensraum* (espaço vital) fosse ser aplicada no Brasil e a região Sul, em especial os habitantes das colônias alemãs organizassem movimentos de independência.

Como é comum aos militares, foram designados oficiais que não eram da região e que não entendiam os hábitos daquela sociedade e mais ainda, não se interessavam por entendê-los, de forma arbitrária e usando a ameaça nazista como justificativa para intervenção no sul do país naquele momento foi organizada uma campanha para enquadrar os mais exaltados e impor o baile nacionalista à maioria da população.

Aqui é preciso que analisemos um pouco essa questão da ameaça tão alardeada, é ser ingênuo pensar que as informações sobre a Alemanha e o nazismo não chegavam à comunidade alemã no sul do país, e que alguns se identificassem com a ideologia de seus ancestrais germânicos. Mas certamente essa não era uma questão fechada como propagou o Exército.

Trabalhos recentes, como a tese de Taís C. Lucas ajudaram a lançar novos olhares sobre a abrangência do movimento nazista no Brasil, uma das afirmativas mais interessantes do seu trabalho é a de que somente alemães nascidos no Reich tinham o direito de participar da ‘filial’ do Partido Nazista no Brasil.

Embora, essa regra não tenha sido implementada totalmente, já que 69 brasileiros conseguiram de alguma maneira filiar-se como membros do partido, ela deixava claro a visão de como o partido nazista queria operar, de acordo com Lucas: “A proibição dos Deutschbrasilianer instituiu uma espécie de hierarquia entre os alemães do Reich e os alemães nascidos no estrangeiro – os primeiros seriam superiores posto que mais “puros”. (LUCAS, 2011, pg.72)

O partido nazista espalhado pelos mais diversos países do mundo servia para espalhar a palavra da revolução nazista e arregimentar os alemães espalhados pelo globo nas bases da ideologia de Hitler, o trabalho seria feito no sentido de cada alemão ‘convertido’ deveria trazer mais compatriotas para as reuniões do partido.

Essa determinação profunda fez com que muitos nazistas quisessem trazer seus compatriotas quase que à força as reuniões, os protestos desses alemães que não se interessavam pelo movimento que ocorria no seu país, fez com que o partido nazista fosse encerrado em países como Áustria, Holanda e Brasil (no caso brasileiro por um breve período) em 1933. (LUCAS,2011)

1933 é definitivamente um ano fundamental para o nazismo, foi o ano em que Hitler deu seu golpe final e depois de inúmeras manipulações assumiu o governo da Alemanha, esse momento teria um grande impacto também na organização nazista brasileira.

Segundo dados do Partido Nazista Brasileiro, apresentados por Lucas em sua tese, 88% dos militantes nazistas que chegaram a frequentar o partido no período em que ele funcionou legalmente no Brasil se associaram após a ascensão de Hitler ao poder,

demonstrado o quanto que essa ascensão teve um impacto profundo para a organização nazista no Brasil.

Foram tempos de expansão nazista entre o ciclo germânico no Brasil que passava a ter mais informações sobre o que ocorria em sua terra natal, a ideia de um império germânico pode ter atraído a muitos que viviam aqui em terras brasileiras, que ao participarem das reuniões do partido se radicalizaram e alguns começaram a frequentar as atividades do partido regularmente.

O partido nazista no Brasil apresentava uma organização considerável, através dela foi possível identificar a composição dos militantes do partido, quase 60% deles eram trabalhadores pouco qualificados, ocupando os postos de trabalhadores manuais, comerciantes e comerciários. (LUCAS, 2011)

Uma das bases mais fundamentais do partido nazista em sua atuação no exterior era a de não se imiscuir na política local dos países onde seus militantes moravam, por isso o partido no Brasil nunca buscou um reconhecimento oficial do governo varguista e sempre se manteve alheio à política brasileira, até que essa política começou a afetar a manutenção do partido em terras brasileiras.

Até o início do período ditatorial do Estado Novo, o partido funcionava como um movimento de alemães para alemães, e era exatamente por isso que ele se tornou uma preocupação para Vargas, que sentia a necessidade de esmagar o nazismo exaltado de alemães que estavam morando no Brasil, não na Alemanha.

Com o início do Estado Novo, Vargas pôde colocar em prática seu projeto nacionalista, possivelmente para dificultar a repetição de movimentos como a revolução paulista de 1932, diminuindo o poder dos regionalismos, implantando um novo tipo de ensino que valorizasse a figura salvadora de Vargas ao eliminar os defeitos que o sistema democrático possuía.

As coisas se complicaram depois da Intentona Integralista de 1938, que tentaram derrubar o governo Vargas, numa tentativa muita atrapalhada e foram sumariamente dissolvidos pelo governo, que eliminou no processo todas as agremiações políticas.

O governo continuou a reprimir os mais exaltados, nesse processo os nazistas que continuavam a sua atuação começaram a serem presos cada vez mais frequentemente por

descumpriram as determinações de encerrarem quaisquer atividades políticas que não as oficiais do Estado Novo.

O governo estado novista acreditava estar agindo corretamente pois cria na participação de partidários nazistas na Intentona Integralista.

Ao mesmo tempo que isso ocorria, a imprensa aproveitava para denunciar escandalosamente a ação de nazistas no Brasil, os definindo como traidores da pátria, elementos ingratos e subversivos. Essa atitude da imprensa, podia ser muito lucrativa, como o foi para Túlio Fontoura, dono do jornal Diário da Manhã que foi nomeado para chefia do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) da cidade de Passo Fundo. (GUIDINI, 2018)

As prisões de militantes nazista e a ampla campanha negativa que fazia a imprensa controlada pelo DIP, fez com que a embaixada alemã registrasse cada vez mais reclamações, saltando de 10 entre 1935 e 1937, para incríveis 79 só no ano de 1939 (Lucas, 2011). As relações Brasil-Alemanha que eram tão positivas começavam a se deteriorar.

O embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, tentou argumentar que o nazismo no Brasil não era um movimento com aspirações políticas ou que se interessava em influenciar os rumos do Brasil, mas mesmo assim era essencial para os alemães que aqui viviam, já que o partido nazista representava o próprio Estado alemão e reprimi-lo era o mesmo que atacar o Terceiro Reich.

O governo brasileiro, por outro lado, não se interessou muito nas alegações do embaixador e tinha seus motivos imediatos para isso.

Era travado naquele momento uma disputa entre visões de governo, como afirma Lucas: “No caso do nazismo, tratava-se de uma ideologia política contrária ao ideal de Nação que estava sendo construído nos anos 1930, no qual a diversidade racial e cultural era considerada o traço positivo e diferencial da identidade brasileira, rica em manifestações e uniforme em seu desejo de progresso. ” (LUCAS, 2011, pg.100)

Embora a intenção de Vargas fosse atingir mais diretamente os integralistas, ele não deixaria os nazistas funcionarem como uma exceção num sistema ditatorial que tinha dissolvido os partidos políticos, por mais que o comércio entre os dois países funcionasse magnificamente, com a Alemanha sendo o 2º maior parceiro comercial do Brasil, isso não

bastava para que Vargas “deixasse passar” um movimento que manifestava um orgulho que não o de ser brasileiro.

Pouco ajudou a postura do embaixador Ritter, que ao invés de insistir numa via conciliatória, partiu para o contra-ataque estimulando a mídia alemã a publicar notícias sobre o modo arbitrário como os alemães estavam sendo tratados pelo Brasil, e denunciando uma suposta ação dos EUA que incentivava o Brasil a adotar essa postura.

As relações entre Brasil e o Terceiro Reich atingiram um ponto de inflexão, em outubro de 38, medidas drásticas foram tomadas, o governo brasileiro anunciou o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha e exigiu a demissão do embaixador Ritter.

Pouco depois, o governo alemão demitiu Ritter, que se mostrou um fracasso total, não conseguiu proteger seus nacionais, nem muito menos impedir que o governo brasileiro encerrasse às atividades do Partido nazista no Brasil, sua postura ativa não impressionou o governo Vargas, que a essa altura, já fazia sua jogada para aproximar-se de outra potência.

Figura essencial na diplomacia brasileira, Oswaldo Aranha (que já mencionamos no primeiro capítulo) foi muito importante para contrabalancear a força que os germanófilos do governo varguista possuíam, tinha assumido o Ministério das Relações Exteriores meses antes pôde colocar em prática uma aproximação cada vez maior com os EUA.

Com toda a confusão gerada por Ritter, o Brasil se voltou ao contato comercial ainda mais intenso com os estadunidenses, mesmo com a restauração das relações quase um ano depois do rompimento, isso não foi suficiente para impedir o Brasil se alinhar-se cada vez mais com os EUA.

Como resultado de toda essa confusão, Vargas entendeu que podia desenvolver tranquilamente sua campanha de nacionalização, sem temer uma resposta mais drástica da Alemanha, que nunca se interessou realmente em pressionar militarmente o Brasil, para Vargas os caminhos estavam abertos e Hitler não iria se envolver na questão.

Muitos se opunham à ideologia nazista e ao que acontecia na sua antiga pátria, mas essas nuances não foram enxergadas pelas forças intervencionistas que queriam uma

justificativa para realizar essa intervenção direta. Nesse fogo cruzado, pessoas como os judeus alemães foram discriminados simplesmente por falarem em alemão (Carneiro,1996), como passaria a ocorrer mais claramente com a declaração de guerra aos países do Eixo em 1942.

Uma questão importante que também tem que ser considerada era que não somente existiam organizações com inspirações nazifascistas nos estados do sul do Brasil, o partido nazista brasileiro funcionava normalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo congregando mais militantes que no RS, porém não se ouve falar de ação repressiva aos estrangeiros desses estados.

Com todos os empecilhos removidos do caminho e fortalecido com o golpe que instaurou o Estado Novo, era chegada a hora de implementar mais uma ação que esmagasse qualquer sentimento nacionalista, que não fosse o orgulho de ter nascido e poder viver no Brasil, em 38 a ação nacionalizadora foi iniciada com vigor.

Se Vargas conseguiu iniciar o seu projeto nacionalista no Sul o fez porque tinha apoio para fazê-lo, em especial a alta cúpula do exército, fiel aliado de Vargas durante quase todo o Estado Novo.

De acordo com Hannah Arendt: “O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido.” (ARENDT, 1969, pg.28)

Para obstruir o sentimento de pertença a nacionalidades que não a brasileira, nada melhor do que enviar o povo mais brasileiro de todos como disse a professora Seyphert:” [...] os nacionalistas do Estado Novo consideraram o Nordeste uma espécie de reservatório de brasilidade, justamente porque ficou fora do processo imigratório.” (1997, p.101).

O Nordeste que esteve longe das maiores preocupações da primeira república, nesse momento era valorizado exatamente pelo abandono com que em muitas situações foi tratado pelo governo federal, nessas condições os nordestinos eram os melhores que existiam para enfrentar os sulistas, já que eram os que tinham conservado a sua especificidade como brasileiros, era como se os nordestinos fossem fósseis vivos da identidade nacional.

Mas a história não para por aí, já que para falar com os refinados brancos sulistas não poderiam ser enviados “quaisquer” nordestinos, deveria ser feita uma seleção dos melhores e ‘mais aptos’ a lidarem com essa ameaça. Como declarou Hugo Bethlem, um dos jovens oficiais que registrou a campanha de naturalização: “[...] mandar, como preconizam alguns, contingentes de tropas do Norte, legítimos indígenas, para as unidades daquela região, a fim de se proceder o caldeamento, é pior ainda.” (1939, p.37 apud SEYPHERT,1997, p. 109).

Apesar de o discurso oficial ser de uma superação das diferenças regionais, da união de todos os povos que constituíam o Brasil, do resgate de uma povoação que tinha sido ‘esquecida’ pelos antigos governantes e por isso ideias alienígenas se espalhavam e podiam influenciar os rumos do Brasil, não era essa a prática daqueles oficiais designados que na prática ainda seguiam a lógica do ranqueamento de etnias.

Sendo fundamental que se enviassem soldados nordestinos, brancos e bem-educados para que se realizasse o “caldeamento” como os oficiais da época diziam da maneira mais adequada, seguiu-se a lógica perversa de que para travar conhecimento com brancos somente se outros brancos fossem enviados.

Antes do envio dos militares para realizarem essa “colonização” de terras que já eram brasileiras, o Exército pressionou e conseguiu do presidente-ditador que um conjunto de leis e restrições fossem aprovadas para garantir que o projeto nacionalizador pudesse ser implantado mais firmemente.

Essas restrições impuseram a proibição de comunicar-se em língua estrangeira em público, até mesmo os religiosos foram proibidos de realizar cultos em qualquer língua que não a portuguesa, obrigação de que todas as aulas fossem realizadas em português, fechamento de escolas, jornais e estabelecimentos com nomes estrangeiros, se os donos desses insistissem em não trocar o nome para um nome brasileiro.

As restrições valiam para todo o território nacional, não importando se fossem as mais remotas comunidades ou as capitais, todos deviam seguir as novas leis estadonovistas, muitos estabelecimentos nas grandes cidades tiveram que alterar seus nomes, mas esses não foram certamente os mais atingidos pela imposição da ditadura.

A lei não previa qualquer período de adaptação para as comunidades estrangeiras, só havia uma escolha ou se entrava na dança do nacionalismo ou se confrontava o Estado,

a população dos estados sulistas passou por um período de dissociação, em especial aqueles que viviam nas pequenas cidades.

Muitos dos professores das pequenas comunidades davam aulas em outras línguas, pela razão óbvia de que eram as línguas que eles usavam durante o dia-a-dia e eram as línguas que seus alunos também usavam, a lei exigia que esses professores “não-brasileiros” fossem dispensados das suas funções, não importando os eventuais prejuízos a educação daquelas crianças.

Assim por força de decreto diversos professores foram dispensados, já que naquele ponto do início dos anos 40 sabiam pouco ou nada de português, a educação em diversas comunidades ficou prejudicada, mas os militares sentiam-se satisfeitos por estarem forçando os educadores a aprender rapidamente o português, já que não os viam como brasileiros, se não falassem a língua nacional.

Como já foi dito anteriormente a colonização do sul do país ocorreu de uma forma um pouco distinta da maior parte das regiões do país, no Sul boa parte da colonização foi empreendida por colonos europeus que aqui receberam pequenos lotes de terra para trabalharem, propriedades essas que conviviam com grandes charquearias muitas vezes.

Foram convidados colonos brancos europeus de todas as partes do Velho Continente, mas pouco se fez para promover uma povoação maior de brasileiros na região (Seyphert,1997), esse é um fator explicativo do porquê boa parte dos habitantes do Sul, em especial aqueles que viviam em regiões mais afastadas, costumavam falar em língua estrangeira.

A campanha de nacionalização foi organizada pelo medo do Exército de que ideias ‘alienígenas’, tais como era o nazismo poderiam promover um sentimento separatista naquela região, reconheciam que os governos anteriores tinham sido relapsos com essa questão deixando que se formassem ‘quistos raciais’, como eles chamavam.

O Exército conseguiu perceber que os estados do Sul não tinham recebido grande apoio do governo central durante um bom tempo e nem os governos tinham se esforçado para promover uma integração maior com o os sulistas, por isso se formou nesses estados uma sociedade composta de estrangeiros ou descendentes de estrangeiros.

O grande problema é que os militares acreditaram que um projeto autoritário de imposição de um estilo de vida que eles consideravam como a correta para um brasileiro

possuir e que não deixava margens para concessões seria o caminho certo para promover essa integração depois de tanto tempo de uma relativa autonomia dos estados sulistas.

Para complicar ainda mais as coisas se avizinhava cada vez mais a 2ª Guerra Mundial, o tempo escolhido para promover essa nacionalização certamente foi péssimo, numa época de exaltação do orgulho alemão e italiano, seria contraproducente tentar impor um sentimento brasilianista naquela região.

Ao invés de tentar promover uma conciliação, foi destacado um batalhão para servir de apoio aos interventores dos estados sulistas e para garantir a nacionalização dos mesmos, uma prática condenável porquê dessa maneira o Estado passava a mensagem de que estava preparado para um confronto direto, se os habitantes da região não estivessem dispostos a se submeterem ao projeto estatal, felizmente esse confronto aberto não chegou a ocorrer.

Apesar de todos os defeitos dessa empreitada, ela começou a ser levada à cabo realmente em 1939, quando foi formado o 32º Batalhão de Caçadores e foram enviados os soldados desse recém-formado batalhão para a região Sul.

Ao lá chegarem, como já era esperado, não houve um bom entendimento entre militares e civis, algumas vezes por eles não falarem a mesma língua, outras pelos costumes desses soldados nordestinos serem tão diversos dos habitantes do Sul.

Havia um clima de grande desconfiança entre os dois atores, tanto os soldados não confiavam nos nativos, tratavam os civis com base numa classificação de proximidade, quanto mais “semelhante” era o imigrante, menos desconfiado se sentia o soldado, esse sistema funcionava numa escala de mais perigoso para menos perigoso, sendo os mais perigosos os alemães, passando pelos poloneses e chegando aos italianos, que eram entendidos como quase ‘brasileiros’. (SEYPHERT,1997)

Os soldados sentiam-se como que adentrado em um território hostil, por mais que não tenham sido desafiados, mas pela variedade linguística, sentiam-se acuados como se entrassem em um outro país que não o Brasil, com todo o ufanismo propagado pelo Estado Novo temiam que os sulistas poderiam conspirar contra eles enquanto falavam suas línguas originárias dentro do ambiente mais primordial, suas casas.

Acreditavam que seria necessário tomar medidas drásticas para desarticular a união dos inassimilados para que fosse vencida a resistência que possuíam ao brasilianismo

sufocante daquele tempo, eles: “Só podiam ser vencidos, erradicados, se fossem atacados os grandes baluartes antinacionais dos alienígenas: a escola, o lar e a Igreja.” (SEYPHERT, 1997, p.103).

O modelo a ser implantado seria o do soldado-cidadão, com os professores ‘europeus’ já descartados, e com a substituição por professores ‘nacionais’, que evidentemente tinham que seguir a cartilha do governo varguista, a ideia era implantar a consciência de como as crianças eram sortudas de serem brasileiras e de como estavam sendo bem governadas por Getúlio Vargas.

Era uma educação com claras inspirações fascistas, de tentativa de construir um sentimento patriótico naquelas crianças que eram consideradas mais como europeias do que brasileiras, pensava-se ser mais fácil solucionar o problema da integração a partir das crianças, que eram como tábulas rasas e elas consequentemente influenciariam seus pais a também abraçar a identidade brasileira.

O lar seria assim profundamente transformado pela intervenção estatal, quebrando um pouco do poder que os pais teriam de influenciar seus filhos a construírem uma identidade europeia dentro do Brasil, assim a maior ameaça à campanha nacionalista seria minorada, com a proibição de se falar línguas estrangeiras em público e com a ‘doutrinação’ das crianças no espírito nacionalista, os interventores acreditavam estar cercando os possíveis desagregados.

Para completar o cerco, somente faltava uma peça que foi a convocação dos filhos maiores para o serviço militar, onde sob a batuta dos militares, os jovens eram intensamente instruídos a abraçarem a brasilidade e a respeitarem o Estado Novo e a figura de Getúlio Vargas.

Nenhum governo por mais repressivo que tente ser consegue ter o apoio total dos seus governados, por mais que esforce para alcançá-lo, certamente não foi diferente com essa intervenção aos estados do Sul, as atuais festas de valorização da cultura europeia dos seus ancestrais são um exemplo de como não é simples apagar uma cultura por mais que se esforce para isso.

Ainda mais sob as circunstâncias desastrosas como o governo tentou implantar essa mudança identitária de forma impositiva, sem tentar estabelecer um diálogo razoável com as comunidades locais, em especial as mais afastadas que não tinham tanto contato com a

ação do governo federal, este que os condenou preventivamente, e antes que uma ameaça concreta surgisse já os tratava como potenciais inimigos.

O último dos três elementos fundamentais da sociedade sulista que foi atacado pelos interventores foi a Igreja, o mundo ocidental dos anos 30 e 40 ainda era muito pautado pela ação religiosa, assim sendo os sacerdotes, padres ou pastores, tinham muita influência dentro da sociedade.

Cabia aos interventores limitarem a atuação dessas lideranças para que a situação pudesse ser mantida sob controle, por isso que os cultos religiosos passaram a ser ministrados obrigatoriamente em português, para que assim os interventores pudessem entender claramente o que o sacerdote queria vocalizar aos seus ouvintes.

E isso foi aplicado com a presença de militares em algumas missas para garantir o cumprimento da ordem estabelecida pelo governo central, tentava-se não deixar brechas para que uma possível conspiração independentista pudesse ser organizada.

A presença de policiais e militares se tornou cada vez mais presente na vida cotidiana dos cidadãos do Rio Grande do Sul, se antes a presença estatal não era tão intensa, agora o Estado se tornava presente nas ruas gaúchas para instigar o temor naqueles que estivessem indecisos sobre qual país deveriam ser leais.

Essa ação estatal era algo controverso, já que como essa campanha de nacionalização em si carecia de legitimidade, a figura do inimigo nacional era muito subjetiva, ficava na prática a cargo das autoridades interventoras decidirem quem era esse inimigo já que como afirmou Mello: “O inimigo era todo aquele identificado com o germanismo por se contrapor à ideia de uma identidade nacional única e por ideologias nazistas e fascistas. ”. (MELLO, 2013, p. 19)

O simples fato de alguém pelo hábito de falar alemão na rua, seja pelo hábito ou por um relapso, poderia fazer com que essa pessoa fosse detida por compactuar com o germanismo e possivelmente fazer parte de uma conspiração nazista para derrubar o governo brasileiro.

O medo certamente permeava aquela sociedade que se via como que acusada por um crime não cometido, o governo já os declarava suspeitos, antes mesmo que qualquer agitação conspiratória ou revolucionária ocorresse.

Como é fato comum em sociedades dominadas por governos autoritários, a comunidade alemã temia não só o risco de serem acusados de participar de uma conspiração contra o governo brasileiro, mas de ser acusada de tal por algum desafeto, como afirmou Mello:

Era o medo constante das denúncias, delações, da vigilância dos vizinhos, das prisões arbitrárias para obter informações e versões. O terror estava presente através de torturas, na supressão da liberdade, da individualidade, da brutalidade do dia a dia, na qual o inimigo era construído a bel prazer. Portanto, o medo estava presente diariamente no cotidiano das pessoas, na possibilidade de serem delatadas, de serem presas, de falarem em público e de manifestarem abertamente as suas origens alemãs. (2013, p. 32)

Toda a repressão do governo brasileiro fez com que a comunidade se torne cada vez mais autocentrada, havia um temor, um receio dos desconhecidos, assim como tinha acontecido no início de sua história no Brasil, a comunidade alemã percebeu que o melhor seria confiar apenas nos seus próprios membros e esperar que a comoção causada por essa intervenção passasse quanto antes melhor.

O governo do Estado criou uma instituição nova para que pudesse julgar à parte aqueles considerados subversivos, depois da malograda Intentona Comunista de 1935, foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional, para julgar em princípio os traidores que tinham tentado entregar o controle do Brasil ao controle do comunismo soviético.

Seu trabalho em punir os conspiradores foi muito elogiado por Getúlio Vargas que o manteve em ação até o fim do Estado Novo, ficou a cargo desse tribunal em continuar a punir os traidores da nação durante a campanha de nacionalização que deveria servir como referência de justiça (ou medo) para a população teuto-brasileira.

O tribunal era composto por juízes civis ou militares escolhidos diretamente por Vargas e, que como é de se supor o apoiavam ideologicamente, esse tribunal se assemelhava muito aos tribunais militares criados futuramente durante a ditadura cívico-militar, instituída em 1964.

Seus julgamentos, como o próprio mérito das ações era garantido pelo próprio estado de exceção que era a ditadura do Estado Novo, como afirmou Chambô:

A função deste tribunal era processar e julgar, em primeira instância, os acusados de participar e promover movimentos contra a segurança

externa do país e contra as instituições militares, políticas e sociais, ou seja, a abrangência da competência deste tribunal estava intimamente ligada à interpretação dada pelas autoridades. (2013, p.10)

O Tribunal de Segurança Nacional representava o que de mais elaborado o aparelho repressor do Estado Novo possuía, por funcionar de maneira quase que acima da justiça comum, os réus enviados a esse tribunal certamente sentiam que não estavam tendo um julgamento imparcial, até mesmo pela composição dos juízes.

Sistemas autoritários como o do Estado Novo são oportunidades para que uma pessoa que nutre rancor por outra possa fazer denúncias falsas, as vezes absurdas, sem a menor necessidade de apresentação de provas, denúncias que num sistema democrático constitucional não seriam nem sequer consideradas. Foi o que aconteceu com João Arno Laesker, um dos casos analisados por Glenio Mello na sua monografia, o senhor Laesker foi acusado por Francisco Zuanazzi, colega de trabalho de Laesker, de ser simpático ao nazismo e contrário à campanha brasileira na Itália.

Depois de uma investigação bastante enviesada conduzida pelo delegado Celso Orange que concluiu que o acusado era nazista simplesmente por sua aparência e pelo modo como falava, o acusado foi absolvido da acusação já que o próprio tribunal de exceção reconheceu o absurdo que era aquela denúncia, levada adiante sem provas, e a própria investigação completamente não profissional.

Aquilo que começou como uma desavença trabalhista, terminou num julgamento num tribunal de exceção bastante parcial que poderia decidir por punir o senhor Laesker com uma pena de 1 a 6 anos, por proferir calúnia contra a Nação, um ato que ao que tudo indica ele não cometeu, esse era o perigo que corriam os teuto-brasileiros naquele período.

Foi por momentos como esse que a resistência da comunidade alemã à campanha de nacionalização ocorreu de forma suave, ou melhor discreta. Possivelmente por entenderem que desafiar o governo federal não era a melhor das ideias, haja visto o fracasso da Revolução Farroupilha e da Revolução Federalista.

Uma das outras possibilidades é a percepção que a Alemanha não os defenderia nesse contexto de guerra, onde o governo nazista tinha preocupações mais importantes e antes da guerra começar já tinha refreado seus impulsos protetores para com a comunidade germânica que vivia no Brasil.

Como afirmou o historiador René Gertz: “Em 1939, a Alemanha abandonou sua política de envolvimento com a defesa da população de origem alemã no Brasil. A partir desse momento, concentrou-se, exclusivamente, em sua prática histórica de atrair a elite brasileira não-germânica.” (2008, p.23)

Novamente sem defensores externos da comunidade, os teuto-alemães perceberam que o melhor para seguirem sem problemas com a justiça era comunicarem-se prioritariamente com os integrantes da própria comunidade, não demonstrarem um grande apreço à Alemanha e mostrarem gratidão ao governo de Vargas.

A estratégia que a comunidade alemã adotou foi a de adaptação à intervenção governamental, tentando se esquivar de quaisquer atritos que pudessem justificar uma ação mais enérgica dos interventores.

Na dissertação de Odair Spenthof ele detalha a campanha de nacionalização promovida na cidade de Passo Fundo, um dos expedientes que os moradores se valeram para aliviar as tensões foi de manter a Sociedade Alemã da cidade em funcionamento e receberam bem os governantes enviados para promover a nacionalização.

Spenthof afirma: “Após o golpe do Estado Novo, observamos que a entidade passou a ser sede de recepções às autoridades designadas pela interventoria do Estado para Passo Fundo.” (2002, p. 112)

Ao manterem uma boa relação com os interventores, a Sociedade Alemã de Passo Fundo conseguiu manter o controle da instituição na mão teuto-brasileiros, sem que houvesse qualquer protesto por parte dos interventores ou de quaisquer grandes autoridades enviadas para limitar o germanismo.

A política empreendida no Estado Novo era bem objetiva, não se preocupava com os indivíduos em si, desde que mostrassem apreço pelo governo e seu líder, como demonstrou Spenthof: “[..]a perseguição feita pela nacionalização não se dirigia ao fato de o elemento ser de origem alemã, mas, sim, às manifestações públicas da cultura de origem” (2002, p. 114).

Desde que não demonstrassem publicamente um afeto à Alemanha e ao nazismo, os alemães continuavam autorizados a terem cargos relevantes na sociedade sul rio-grandense e a terem uma vida relativamente tranquila.

Das três grandes instituições que o Estado Novo queria atacar de acordo com Giralda Seyferth, como já mencionado, a que realmente as forças ditatoriais não tiveram sucesso foi o lar. A estratégia adotada foi de tentar educar as crianças com a ideologia nacionalista e que eles com o tempo a repassassem a seus pais.

O problema é que o governo por mais autoritário que seja não pode controlar o que seus cidadãos fazem dentro das suas casas, felizmente ainda não temos governos como o do clássico livro 1984 de George Orwell, onde o governo vigiava a população dentro de suas casas com as teletelas.

O que aponta a historiografia consultada é que a casa da comunidade alemã era o lugar onde as pessoas da comunidade poderiam relaxar um pouco e voltarem a se comunicar em alemão, embora muitas vezes só pela noite e aos sussurros, as casas continuavam sendo alvo da escuta das forças interventoras, mas era o lugar mais próximo de um refúgio que eles possuíam.

De uma forma geral, a comunidade germânica tentou ao máximo se adaptar a intervenção estatal, ao invés de buscar um conflito direto, os teuto-brasileiros buscaram entrar no jogo das autoridades, como no caso da Sociedade Alemã de Passo Fundo, ficou claro que o que incomodava os interventores era a manifestação pública de apreço à Alemanha.

Como a grande maioria dos componentes dessa comunidade não realizou tais demonstrações, os interventores enviados por Getúlio Vargas acreditavam que a campanha nacionalista estava sendo um sucesso. Porém discretamente os teuto-brasileiros continuavam a falar em alemão dentro de suas casas, porque a grande verdade é que o orgulho germânico já existia antes da ascensão do nazismo e não necessitava dele para continuar existindo.

Um dos poucos pontos de sucesso da campanha de nacionalização foi o concreto auxílio à educação que antes do Estado Novo estava em situação deplorável, com poucas escolas, a maioria delas particulares e contando com professores ruins, devido à má formação que possuíam. Para se ter uma noção da melhora Vogt afirma que “Em 1937, havia no RS 170 grupos escolares. Em 1941 já havia 452.” (2002, p. 31)

Apesar do avanço na área educacional, a campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo foi um dos momentos mais baixos desse governo onde o Estado acabou

por antagonizar a sua própria população e depois de décadas de pouca atenção resolveu trazê-los à força ao baile do nacionalismo.

A campanha de nacionalização representou uma grande apreensão para a comunidade germânica enquanto estava operacional, felizmente o governo brasileiro queria mais assustar do que punir a comunidade, como afirma Vogt: “As detenções realizadas tiveram mais um caráter pedagógico, ou seja, serviram de exemplo e meio de amedrontar ou inibir a população.” (2002, p.35)

Por mais que houvesse no Brasil uma filial do partido nazista, que possuía abrangência nacional, estando presente em diversos estados da federação, o número de nazistas que residiam no Brasil nunca foi superior a 2.903 afiliados, isso num total estimado de 87 mil alemães que residiam no Brasil. (Lucas, 2011)

O movimento nazista no Brasil nunca chegou a ter um alcance relevante dentro da sociedade alemã, os alemães que aqui viviam em sua grande maioria não se interessavam pela ideologia nazista, como acabou percebendo o pouco hábil embaixador da Alemanha no Brasil, Karl Ritter. (Lucas, 2011, pg.89)

Por sorte toda a situação não escalou para um grande conflito interno, com o fracasso da máquina nazista, o perigo alemão de uma invasão ao Brasil tendo o Sul como base da conquista foi praticamente destruído, embora se ouça notícias esparsas de grupos neonazistas atuando na região Sul atualmente.

A campanha de nacionalização empreendida no Rio Grande do Sul visando as colônias alemãs existentes na região é mais um dos complexos capítulos da política aparente contraditória empreendida por Vargas durante o Estado Novo. Como é possível compreender um governo que extradita a judia Olga Benário e não muitos anos depois empreende uma campanha de nacionalização da comunidade alemã os acusando em alguns casos de serem influenciados pelo nazismo?

Essa é uma das contradições aparentes que são desvendadas ao se conhecer um pouco mais a fundo a sua personalidade e a sua capacidade de agir politicamente de acordo com as circunstâncias, mas sempre tentando fortalecer a si mesmo e ao seu governo.

Getúlio Vargas, agiu de acordo com o que o momento o exigiu, se extraditou Olga foi por considerar que estaria se livrando de uma comunista que havia ameaçado o seu

governo, ao mesmo tempo em que estaria fazendo um favor ao segundo maior parceiro comercial do Brasil naquele momento.

Se promoveu uma campanha de nacionalização o fez porque essa já era uma demanda de intelectuais, como Silvio Romero, que queriam que o governo tomasse providências para evitar o alienamento da comunidade alemã em relação ao resto do país.

Além de controlador como era resolveu que era a medida correta levar o espírito nacionalista a uma região que considerava não estar totalmente ‘abrasileirada’, além de deter um possível levante nazista na região, levante esse que de acordo com um dos maiores especialistas no assunto o historiador René Gertz nunca passou de uma especulação sem fundamento.

CONCLUSÃO

A repressão aos estrangeiros representou umas das facetas mais sórdidas do Estado Novo, assunto relativamente pouco abordado pela historiografia brasileira, demonstrou a intenção do governo Vargas de impor um projeto de fortalecimento do nacionalismo em detrimento da ação de estrangeiros que pudessem atrapalhar esse processo.

Seja pela dificuldade no acesso às fontes, seja por outros temas terem atraído uma atenção maior da historiografia que analisou esse período, a exemplo da legislação trabalhista criada durante a Era Vargas, ou até mesmo pela relativa boa imagem que Getúlio Vargas ainda mantém na mentalidade de boa parte da população, os abusos cometidos pelo governo estadonovista não são apresentados à população durante a fase escolar.

A perseguição aos judeus representou um dos grandes motes do Estado Novo, o combate ao comunismo, que se tornou mais evidente com a Revolução Russa de 1917 e no caso brasileiro, durante a Intentona Comunista de 1935, como vimos, os judeus foram realmente figuras muito presentes nas revoluções do século XX.

A motivação para isso, entretanto, de acordo com Motta: “[...] é simples: como grupo marginalizado na sociedade tradicional cristã viam com bons olhos as propostas de liberdade e igualdade entre os homens, que soavam como a promessa de sua emancipação do gueto” (Motta, 1998, pg.104).

A revolução comunista pareceu a muitos judeus, uma oportunidade de se igualarem aos participantes das sociedades que os descriminavam, a perspectiva de uma sociedade solidária, utópica e sem classes era interessante demais para um grupo acostumado a ter que forçosamente migrar de um país a outro pudesse ignorar.

Foi justamente no período em que mais tentaram se integrar à comunidade cristã que mais foram perseguidos por essa comunidade que não os queria mais ter contato com eles, como explicitou muito bem Hannah Arendt: “A assimilação, isto é, a aceitação da diluição dos judeus por toda parte da sociedade não-judaica, era concedida só excepcionalmente aos indivíduos claramente distintos das massas judaicas, que ainda assim compartilhavam as mesmas condições políticas restritivas e humilhantes”. (Arendt, 1990, pg.78)

Mas essa não foi o único estigma que marcou os judeus, apesar de ser acusado de integrarem grupos comunistas fosse o pior, o que mais lhes prejudicava, o movimento antissemita também acreditava no judeu como capitalista voraz interessado na acumulação fácil de dinheiro e na destruição da economia ocidental.

Essas ideias como vimos, influenciaram profundamente a ação de dois importantes ministros durante os tempos do Estado Novo, Oswaldo Aranha e Francisco Campos foram vozes que clamavam constantemente para que Vargas fizesse a sua parte e semelhante aos países nazifascistas fechasse as portas do país aos judeus, ele deu sua anuência para que essa ação fosse em frente, por tudo que sabemos, sem protestar.

Nos bastidores os ministros travaram uma batalha pelo poder e pela afeição de Getúlio, o centro dessa disputa foi a questão judaica, um acusava o outro de não estar sendo duro o suficiente no combate à entrada de judeus que continuavam a entrar no país, apesar dos esforços contrários.

Por fim, prevaleceu a visão de Francisco Campos, o ministro da Justiça e Negócio Interiores, que estabeleceu, possivelmente, a legislação mais repressiva em relação aos imigrantes da história do Brasil, fechando as portas até mesmo para os lusitanos, que sempre foram bem recebidos no país, sua preocupação maior, porém foi em barrar os judeus.

Se não conseguiu manter-se no cargo (devido a problemas de saúde) depois de implantar essas medidas, sua vontade porém foi continuada pelos ministros que lhe sucederam e principalmente pelo seu braço direito, o parecerista Ernani Reis, figura central desse processo, já que era ele efetivamente quem julgava o mérito dos pedidos de visto e negou constantemente a entrada de judeus.

Se não chegamos ao extremo que chegaram esses países de exterminar a população judaica que vivia em nosso país, também temos nossa parcela de responsabilidade no Holocausto, a postura das autoridades migratórias de negar o acesso dos judeus, exceto em alguns poucos casos, ao Brasil resultou em que muitos daqueles que tentaram entrar e não conseguiram pereceram em campos de concentração.

A outra grande ação do Estado Novo em relação à repressão dos imigrantes foi a campanha de nacionalização empreendida nos estados sulistas do Brasil, campanha essa

que visou atingir os alemães de forma mais direta por serem eles os que mais se diferenciavam do modelo de brasilidade pretendido pelo nacionalismo estado novista.

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, a campanha que já estava em andamento se intensificou, porque agora era necessário não somente combater o ‘quisto alemão’, mas mais importante ainda combater o movimento nazista em terras brasileiras, movimento que não teve grande adesão dos alemães que aqui moravam, mas mesmo assim serviu de base para a iniciativa estatal de controlar mais fortemente a comunidade alemã.

A campanha de nacionalização representou para a comunidade alemã um período de apreensão, com o reforço do exército mais presente no patrulhamento das cidades e das vilas, sentia-se que era preciso correr para se adequar ao brasilianismo que lhes era imposto, em sua opinião sem uma necessidade de ser implantado tão celeremente do jeito que ocorreu.

Foram tempos de retraimento, a comunidade teuto-brasileira se isolou, confiavam somente naqueles que lhes eram mais próximos, um amigo por uma pequena desavença poderia lhe denunciar e você teria que prestar esclarecimentos à polícia, ou até ser levado a comparecer ao misterioso Tribunal de Segurança Nacional.

Essas ações só puderam ser implementada devido a conjuntura relativamente estável que imperou durante o período ditatorial em que Getúlio Vargas manteve as rédeas do poder em mãos, apoiado especialmente em duas bases, sendo elas a alta cúpula das Forças Armadas e as elites agrárias que nunca chegaram a temer perder seus privilégios assegurados por séculos de uma relação intensa de associação ou controle do poder estatal.

Apesar de ser pressionado por grandes grupos das elites liberais dos estados que costumavam se apossar do Estado antes da revolução de 30, o período do Estado Novo foi um tempo em que a Segunda Guerra serviu para que Vargas pudesse se afirmar com o discurso de que uma possível transição de poder enquanto a guerra se desenvolvia poderia atrapalhar todo o esforço brasileiro durante o conflito.

Não é surpreendente, então, que o Estado Novo tenha acabado não muito tempo depois da Segunda Guerra Mundial ter sido encerrada também, as contradições de um governo ditatorial que em muitos pontos se inspirou no modelo fascista ter combatidos os exércitos nazifascistas na Itália foi grande demais para que Vargas conseguisse sustentar o seu cargo.

Por outro lado, a alta cúpula do Exército também o tinha abandonado, Vargas acabou tornando-se cada vez mais isolado num contexto que exigia mudanças que ele parecia estar ultrapassado demais para oferecer, no fim do Estado Novo, a recessão econômica era uma constante, com o povo brasileiro convivendo com um grave processo inflacionário.

O Estado Novo terminou de forma melancólica para Vargas, com o ex-ditador se retirando do poder antes que o Exército o removesse do seu cargo, depois de quinze anos dando as cartas no país, Vargas saiu do Rio de Janeiro para refugiar-se na sua fazenda em São Borja, mas o que poderia ser sua derrota política definitiva não o foi, Vargas ainda contava com o apreço de boa parte da população e seu apoio ao general Dutra foi fundamental para que este o sucedesse na cadeira de presidente.

REFEÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O ANTI-SEMITISMO NA ERA VARGAS. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

KOIFMAN, Fábio. O IMIGRANTE IDEAL. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LAZZARI, Beatriz Maria. IMIGRAÇÃO E IDEOLOGIA; REAÇÃO DO PARLAMENTO BRASILEIRO A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO (1850-1875). Porto Alegre, RS: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

LESSER, Jeffrey. O BRASIL E A QUESTÃO JUDAICA: IMIGRAÇÃO, DIPLOMACIA E PRECONCEITO. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MELLO, Glenio Costa de. PODER, VIOLÊNCIA, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: processos contra alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul no

NEGRÃO, João Henrique Botteri. SELVAGENS E INCENDIÁRIOS: O DISCURSO ANTICOMUNISTA DO GOVERNO VARGAS E AS IMAGENS DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fabesp, 2005.

SPENTHOF, Odair José. NACIONALIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E ADAPTAÇÃO: ALEMÃES EM PASSO FUNDO E CARAZINHO DURANTE O ESTADO NOVO. Dissertação de Mestrado: Universidade de Passo Fundo. 2002.

TRINDADE, Mônica Porto Apenburg. SOB SUSPEITA: O COMBATE AOS ESTRANGEIROS EM SERGIPE DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942). 2015. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

DIGITAL

BRASIL, Paula Zambelli Salgado. Eugenia e nacionalismo brasileiro: a contextualização histórica das políticas migratórias antes e após o Estado Novo. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 27, p. 195-213, maio 2018. ISSN 0104-7094. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/231242>>. Acesso em: 2 out. 2019.

CHAMBÔ, P. L. (2013). O estado de exceção como regra – Um estudo histórico-constitucional do Estado Novo (1937-1945). *Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo*, 108, 117-128. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67978>. Acessado em 02/12/2019.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História [en linea]*. 2002, 22(44), 393-423[Consulta em 19 de Outubro de 2019]. ISSN: 0102-0188. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26304407>

GERTZ, René. (2009). Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria-mãe” Alemanha. *Espaço Plural*. Ano IX: Nº 19.2º Semestre 2008. Acessado em 13/12/2019.

_____. (2009). Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. TEXTOS DE HISTÓRIA, vol. 16, nº 2, 2008. Acessado em 08/01/2020.

KOIFMAN, Fábio. O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados: história e construção de memória. Acervo - Revista do Arquivo Nacional, n. 2, v. 30 No 2, p. 71-88, 2017. (Dossiê). Acesso em 05/09/2019.

Nogueról, Luiz & Migówski, Vinícius & Giacomolli, Ezequiel & Dias, Marcos & Rodrigues, Diego & Pinto, Maurício. (2007). ELEMENTOS DA ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO SUL: A LIDA COM O GADO E O “SEGURO” CONTRA A FUGA NA FRONTEIRA COM O URUGUAI. Acessado em: 21/12/2019.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Prisoneiros, Direitos e Guerra no Brasil de Vargas (1942-1945). **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 16, n. 22, p. 41-53, dez. 2010. ISSN 2175-7976. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2009v16n22p41>>. Acesso em: 28 nov. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-7976.2009v16n22p41>.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. A "Intentona Comunista" ou a construção de uma legenda negra. Tempo [en línea]. 2002, (13), 189-207[Consulta em 2 de Dezembro de 2019]. ISSN: 1413-7704. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018088007>

SEYFERTH, Giralda. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional**. *Mana* [online]. 1997, vol.3, n.1, pp.95-131. ISSN 0104-9313.

Tribunal de Segurança Nacional (1942-1945). Porto Alegre: 2013. Acessado em: 14/12/2019.

VOGT, Olgário Paulo. GERMANISMO E NACIONALIZAÇÃO EM SANTA CRUZ DO SUL, RS. Centro de Estudos Marxistas. As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 67-111. Acessado em 08/12/2019.